

M W A N G O L É

Nº 0 • JULHO 2005

EDIÇÃO GRATUITA

www.embaixadadeangola.org



ENTREVISTA
MINISTRO
DA ADMINISTRAÇÃO
DO TERRITÓRIO
**VIRGÍLIO FONTES
PEREIRA**

**INTEGRAÇÃO DE
ANGOLAÑOS NA
QUINTA DO MOCHO**



PETRÓLEO

DOIS MILHÕES
DE BARRIS / DIA
A PARTIR
DE 2008

**ANGOLA
NO CAN 2006**



ÍNDICE

Páginas

ELEIÇÕES	2
GRANDE ENTREVISTA	3 - 4
REPORTAGEM	5 - 6
INTEGRAÇÃO	7
TRIBUNA JURÍDICA	8
ECONOMIA	9
CULTURA	10 - 11
SOCIAL	12
DESPORTO	13 - 15
ACTUALIDADE	16



Depois da guerra

Eleições

para consolidar a PAZ

Quatro anos depois de alcançada a Paz, os angolanos são chamados a exercer o direito elementar da democracia - o voto.

2006 é o ano das eleições legislativas.

Para o efeito, uma panóplia de leis foram já aprovadas pela Assembleia Nacional, onde se destacam as leis dos partidos políticos, de observação, de registo, de conduta eleitoral, da nacionalidade, enquanto que a lei eleitoral aguarda o parecer do Tribunal Supremo.



Depois da guerra **Eleições** para consolidar a **PAZ**



Em simultâneo com a preparação das grandes festividades que marcam os 30 anos de independência de Angola, o país está a mobilizar-se para a realização das segundas eleições democráticas multipartidárias. A guerra desencadeada pela ala savimbista da Unita, a seguir as eleições de 1992, impossibilitou que o país seguisse o seu curso democrático normal. Não tendo sido possível a realização de qualquer escrutínio, mantém-se em funções a assembleia legislativa eleita há 13 anos.

Por isso, e com o objectivo de criar as condições para a transparência do processo eleitoral, os actores políticos e não só - a sociedade civil também - estão mobilizados a tudo fazer para que as próximas eleições representem o passo decisivo para a consolidação da Paz, o relançamento do processo democrático e a reconstrução do país.

É neste contexto que o Presidente José Eduardo dos Santos, promulga, em meados de Junho, a quase totalidade dos diplomas legais relativos ao "pacote eleitoral" que lhe foram submetidos pela Assembleia Nacional. Entre os documentos que mereceram a promulgação figuram as leis dos partidos políticos, do registo eleitoral, de observação eleitoral e da nacionalidade e o código de conduta eleitoral, aprovados em Abril último pelo parlamento.

De fora ficou a lei eleitoral que o Chefe de Estado angolano decidiu submeter ao Tribunal Supremo (que faz a vez do ainda não existente Tribunal Constitucional), para aferir da sua constitucionalidade, porque, segundo a presidência "algumas das suas disposições suscitam dúvidas quanto à sua conformidade com a Lei Constitucional".

A garantia de realização de eleições no próximo ano tem sido reafirmada pelas autoridades angolanas. Eduardo dos Santos sublinhou, há dias, o empenho do seu Governo em tudo fazer para que o país realize eleições gerais em 2006. O estadista angolano assegurou que todos os passos estão a ser dados neste sentido.

Mais 80 milhões de dólares só para o registo

Entre os passos já dados está a aprovação pelo Governo da proposta de orçamento para o registo eleitoral, cifrada em 85 milhões de dólares, enquanto se aguarda pela constituição da Comissão Nacional de Eleições para que se aprove o orçamento global para as eleições.

Também da parte do coordenador da Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE), Virgílio de Fontes Pereira, veio a reafirmação de realização do escrutínio, ao descartar qualquer possibilidade de adiamento das eleições.

O que é a CIPE?

A CIPE - Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral -, coordenada pelo Ministro da Administração do Território, tem como tarefa a preparação das condições técnico-materiais e administrativas que sustentarão a organização e realização das próximas eleições gerais em Angola.

No quadro das responsabilidades do Governo, a CIPE deverá fazer o levantamento dos dados e informações sobre os quadros, as instalações, a demografia e a extensão do sistema de telecomunicações administrativas, bem como efectuar o registo nacional, a abertura do sinal de rádio e televisão, permitindo a criação de órgãos privados.

Integram a CIPE representantes dos ministérios do Interior e dos Correios e Telecomunicações.

"A complexidade das tarefas inerentes ao processo eleitoral, já identificadas pelo Governo, não irão comprometer a realização das eleições no período previsto", afirmou no início de Junho o também ministro da Administração do Território.

Entre tais tarefas, uma delas é primordial, sem a qual a circulação de pessoas e bens torna-se uma miragem: a desminagem do país. Embora figurando ainda nas estatísticas dos países mais minados do mundo, Angola já destruiu 82.059 minas anti-pessoal, desde que ratificou a Convenção de Ottawa. O Governo angolano está a criar mecanismos para melhorar as condições de vida das cerca de 80 mil vítimas de minas actualmente controladas.

Para Virgílio de Fontes Pereira o processo eleitoral entrou na sua fase crucial, depois da pri-

meira etapa, que consistiu na identificação das necessidades e tarefas atinentes ao processo, em todas as províncias.

"É uma ilusão pensar que o país será reabilitado, por completo, até 2006", advertiu no entanto, apelando os angolanos a engajarem-se no processo para que a consulta popular atinja o maior número de eleitores em todo o país, sem sobressaltos.

CNE com 11 membros

O projecto de lei do pacote legislativo eleitoral foi aprovado pelo parlamento com 120 votos a favor, 60 contra e três abstenções. Ao abrigo das leis aprovadas, a Comissão Nacional Eleitoral terá 11 membros integrados por diversas personalidades de reconhecida idoneidade moral, das quais duas indicadas pelo Presidente da República, seis pela Assembleia Nacional, um juiz eleito pelo plenário do Tribunal Supremo e dois em representação do Ministério da Administração do Território e do Conselho Nacional da Comunicação Social. Das seis personalidades indicadas pela Assembleia Nacional, três deverão ser escolhidas pelo partido ou coligação de partidos maioritária no Parlamento e os restantes pela oposição.

A última proposta da oposição defendia que a CNE fosse composta por indivíduos indicados exclusivamente pela sociedade civil, afastando assim a representatividade dos órgãos de soberania.

Relativamente a Lei da nacionalidade, a nacionalidade pode ser retirada àqueles cidadãos que, sem a autorização da Assembleia Nacional exerçam funções de soberania a favor de estado estrangeiro, condenados por crime contra a segurança externa do Estado angolano e que a tenham adquirido por via de casamento e o mesmo venha a ser dissolvido por causa a si imputada.

Cabe ao Parlamento e ao Conselho de Ministros a concessão ntes serviços ao país ou demonstrem qualidades profissionais, científicas ou artísticas excepcionais.

Entretanto, a Assembleia Nacional recomendou ao Governo à criação de condições técnico-materiais para a institucionalização do Tribunal Constitucional.

CARTA DO EMBAIXADOR



Ao folhear as páginas que tem em mãos, ocorrerão, certamente, a muitos dos nossos compatriotas algumas interrogações sobre a sua condição de emigrantes, na medida em que são aqui interpelados pelo facto de viverem fora do território angolano, embora tendo o coração a palpitar ao ritmo das águas dos rios da nossa terra, como o Zaire, o Kwanza, Cunene e tantos outros.

Ora, o facto de circunstancialmente uma angolana ou angolano viver longe da pátria não significa que tal se traduza em perda do seu vínculo umbilical. Por isso, conhecendo as suas profundas inquietações, a Embaixada de Angola em Portugal lança o Mwangolê para prosseguir os objectivos enunciados pelas instituições competentes do Estado angolano na sua relação com as diásporas.

A comunidade angolana residente em Portugal passa assim a contar com a publicação de um jornal cuja vocação é satisfazer as suas legítimas necessidades em matéria de informação sobre os acontecimentos do nosso país.

Os imperativos do mundo da globalização em que vivemos, cujos pilares assentam na sociedade da informação e do conhecimento, exigem que qualquer cidadão, independentemente do lugar de que é originário, seja detentor de um mínimo de informação e conhecimento sobre a vida do Homem à escala deste planeta que habitamos. Mas isso só tem valor se cada um de nós souber situar-se, aportando os seus contributos, revelando as suas diferenças, exprimindo a sua identidade cultural.

E porque assim pensamos, Mwangolê será a tribuna informativa através da qual, mensalmente, os Angolanos residentes em Portugal terão acesso rápido à informação sobre a actualidade angolana, não esquecendo a abordagem de alguns dos mais candentes problemas que afectam o quotidiano dos angolanos na diáspora.

O jornal cobrirá um vasto conjunto de temas com notícias, crónicas, entrevistas e reportagens, dando voz a todos aqueles que com as suas acções mantêm o nosso orgulho enquanto Angolanos e contribuem para a afirmação da nossa identidade cultural.

ASSUNÇÃO DOS ANJOS



Eleições em paz

Um processo livre, justo, Universal.

Haverá mesmo eleições em 2006.

Assim espera o ministro da Administração do Território, Virgílio de Fontes Pereira conforme disse em entrevista concedida ao Jornal Mwangolé, aquando da sua passagem por Lisboa, vindo da capital britânica onde participou na conferência sobre os desafios que Angola enfrenta na organização das próximas eleições.

O ministro deu a conhecer em Londres, que o governo vai realizar, no próximo mês de Agosto, um seminário internacional sobre a organização de processos eleitorais, com a participação de vários países e entidades estrangeiras de elevada credibilidade.

Entrevista de: Ramiro Barreira e Sílvia Milonga

MWANGOLÉ • Qual é o balanço que faz da Conferência ocorrida recentemente em Londres sobre os desafios para eleições livres e justas em Angola em 2006?

Virgílio Fontes Pereira • É positivo, sobretudo porque conseguimos ter um debate muito aberto e franco entre actores políticos, governo e partidos políticos, organizações não governamentais e com representantes dos países doadores, nomeadamente com embaixadores de alguns países residentes em Luanda como os EUA, a Grã-bretanha e Japão. Posso realçar que participaram também a senhora Margareth Anstee e o Sr. Onofre dos Santos, duas figuras incontornáveis das eleições de 1992 que ajudaram a fazer um balanço do que aconteceu naquela época. Foi um debate muito profícuo sobre os constrangimentos que Angola tem neste momento para realizar as eleições com tranquilidade.

M • Haverá então eleições em 2006?

VFP • O trabalho de levantamento das condições materiais, organizativas logísticas está ser feito de forma exaustiva, é verdade que o país atravessa uma floresta de dificuldades, mas tudo indica que não haverá alterações.

M • Já foi aprovado o pacote eleitoral, quando acha que estará aprovada a lei eleitoral?

VFP • Posso adiantar que há esperanças de que possamos já ter a lei eleitoral promulgada ainda no mês de Julho. O Parlamento vai-se pronunciar sobre uma das nuances desse processo que levou à suspensão da promulgação da lei, isso será já dentro de dias e vamos aguardar que o Tribunal possa também agilizar o processo de aprovação do seu acórdão para que todo processo de promulgação e publicação da lei ocorra ainda em Julho.

M • Significa que o Tribunal Supremo vê inconstitucionalidades no projecto da lei eleitoral?

VFP • O Presidente levanta essa dúvida, saber se há ou não normas, que foram por ele identificadas, eivadas desse vício de inconstitucionalidade, não posso dizer agora qual é a opinião concreta do Tribunal Supremo, não sei que avaliação fará, mas se chegar a conclusão de que algumas das normas são inconstitucionais a proposta de lei será remetida ao

Parlamento que poderá realizar uma sessão e resolver o problema.

M • Comenta-se que terá havido um excesso de zelo por parte do Presidente da República, ao submeter essa proposta ao Tribunal Supremo, o que acha?

VFP • Não considero assim, é uma competência, uma atribuição constitucional do Presidente, é um procedimento legítimo na qualidade de mais alto magistrado da nação. Quase todo pacote legislativo foi aprovado por consenso, salvo a lei eleitoral, que é a lei principal do pacote, por isso os deputados lhe terão prestado uma atenção mais à lupa, de onde se justifique também que o Presidente olhasse para essa

lei de forma mais apurada e há que ter em consideração algumas questões pelo que percebemos da posição do Chefe de Estado que se ligam a questão da decisão definitiva sobre as eleições presidenciais de 1992, ou seja o facto de não ter ocorrido a segunda volta das eleições e porque não houve ainda um pronunciamento do Tribunal, nem da Assembleia, significa que nós não temos, nós os angolanos e a comunidade internacional conhecimento

de qual a posição oficial do Estado angolano a respeito, do fecho ou não da 2ª volta das eleições de 1992. E penso que, é uma opinião muito comum, que não faz sentido que partamos para uma 2ª República sem ter sido esclarecido ainda como fica o sistema da 2ª República e creio que as questões levantadas pelo Presidente podem directa ou indirectamente ligar-se a essa questão da 2ª volta. Até pelo interesse de todos outros concorrentes que querem saber como é que fica. Se o Presidente actual é dado como vencedor da 2ª volta, haverá 2ª volta ou não, os concorrentes que estão a seguir ao falecido Presidente Jonas Savimbi, têm legitimidade para arguir também, reivindicar.

M • Mesmo passados 13 anos sobre a realização das primeiras eleições e atendendo ao facto de que o eleitorado não é o mesmo?

VFP • Na minha opinião muito pessoal não concordo absolutamente com a realização da 2ª volta, por essas razões e outras. A geografia eleitoral não é a mesma, do ponto de vista sociológico também temos um desenho completamente dife-

rente, o concorrente que venceu naquela época teve mais de 49 por cento dos votos e outro pouco mais de dois por cento dos votos, é uma grande distância e não justifica o esforço do país para esse processo, seria um processo que feriria a democracia, porque os outros concorrentes não teriam

acesso ao pleito, para além de que iriam possivelmente votar pessoas que não tiveram nada haver com a primeira volta, seria uma confusão terrível e acho que o bom senso vai seguramente imperar.

M • Portanto, trata-se apenas de uma questão de natureza jurídica, de legalidade constitucional?

VFP • E política também, de algum modo, acho que ponto de vista jurídico-constitucional a questão que se coloca é saber se, haverá ou não normas inconstitucionais na proposta de lei eleitoral. Do ponto de vista jurídico-político, há a questão de saber se, a Assembleia onde estão representados os outros partidos políticos, aceita que se vá para uma 3ª República sem promover o fecho do processo que deu lugar à 2ª República e aí é uma questão essencialmente política, situando-se o problema no pelouro da Assembleia Nacional.

M • Para quando o recenseamento?

VFP • O recenseamento ou registo, está depender desses factores, portanto a

aprovação da lei eleitoral e da constituição da Comissão Nacional Eleitoral, (CNE) fundamentalmente desses dois

factores porque embora o governo tenha já aprovado, ao seu nível, o programa de registo eleitoral, fê-lo na última sessão do Conselho de Ministros, não podemos

avanzar muito, porque, é a lei eleitoral que determina a criação da CNE é esta que tem que aprovar em definitivo o programa de registo eleitoral. A CNE aprovará o programa e depois disso o governo tem que anunciar publicamente a data de início do registo, e esse anúncio tem que ocorrer um mês antes da data prevista para o início do registo, contas feitas estamos a apontar, possivelmente para o final do terceiro trimestre deste ano, ou no início do último trimestre.

M • As questões técnicas e financeiras estão criadas?

VFP • Estamos a criá-las. O governo apesar desses impasses, não está parado, a nível de regulamentação. Temos toda ela preparada, inclusive o regulamento da lei eleitoral que será apreciado proximamente em Conselho de Ministros. A nível do governo, os diplomas e programas do processo eleitoral estão preparados, as condições técnicas temos estado a organizá-las, para que tão logo a CNE aprove o programa e seja

anunciada a data do registo e então pormos a máquina a funcionar.

De resto, o governo já terminou o primeiro curso de formação de formadores de agentes eleitorais que terá consequências na formação de uma série de cidadãos que se irão envolver no processo a nível de cada uma das províncias e é uma das acções técnicas que se impunha para o início do processo de registo eleitoral.

M • A quem compete a constituição da CNE (Comissão Nacional Eleitoral)? Uma proposta da oposição defende que venha a ser constituída por indivíduos indicados exclusivamente pela sociedade civil.

VFP • É uma opção, que considero pouco realista, porque a experiência que temos na SADC aponta para pelo menos quatro modelos de composição da natureza das comissões nacionais eleitorais, um modelo multipartidário em que ela é composta por representantes dos partidos políticos e deixe-me comentar que, é um modelo muito criticado, porque torna a CNE, um órgão sem grande qualidade técnica. Uma espécie de mini parlamento que se torne num campo para discussão meramente política e não propriamente de condução técnica do processo, um outro modelo é o chamado modelo judicial em que se procura dar destaque à presença de elementos do poder judicial para dirigir a CNE e há ainda um modelo que é mais difuso que aponta para uma junção entre representantes de partidos, organizações não governamentais, poder judicial, governo. É este modelo que seguimos. O das ONG's criaria um problema logo à partida, pois iríamos institucionalizar um órgão cuja composição era feita com membros que não tinham nenhum contacto com o Estado e por isso sem grandes possibilidades de poderem avaliar a intervenção do Estado no processo, o que é muito importante, -repare quem vai organizar o registo eleitoral é o governo-, e mesmo em 1992, conforme reafirmo agora em Londres, o Dr. Onofre, embora a lei estabelecesse que era o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) o órgão que existiu na altura, e na prática, o CNE teve que ir beber dos serviços do governo às tarefas que eram próprias da organização do processo naquilo que são tarefas administrativas, e isso é muito frequente, aqui em Portugal. Quem organiza na prática as eleições é o órgão do governo, porque é o governo que tem essa máquina, tem os serviços, os recursos para realizar esse tipo de tarefas e não faz qualquer sentido ser de outra forma, é um bocado de demagogia porque eles próprios, os partidos políticos não podem actualmente dizer quem é o grande líder da sociedade civil. Quem é líder da sociedade civil? Quais seriam os



critérios para elegermos os membros da sociedade civil? Esta, num certo sentido engloba os partidos políticos, as igrejas, associações etc., então seria uma maneira encapotada de querer dizer que a CNE será formada por representantes dos partidos políticos e na prática seriam eles a aparecer e repare que em Angola temos 126 partidos.

A CNE será constituída nos termos da lei, é um organismo mais ou menos corporativo, ou cooperativista que será composto por membros oriundos da Assembleia Nacional e designados pelo Presidente, um representante do meu ministério, outro do Conselho Nacional de Comunicação Social e um membro do Tribunal Supremo. Tão logo esses órgãos tenham os seus representantes, tomarão posse perante o Presidente da República.

M • *Os partidos políticos não estão representados?*

VFP • Aparecem por via da Assembleia Nacional, são seis, três indicados pelo partido no poder e três indicados pelos partidos da oposição.

M • *Os angolanos na diáspora poderão também votar?*

VFP • Nos termos da lei eleitoral, e porque infelizmente a nossa Constituição não foi alterada, nos termos da lei eleitoral que acompanha o que a actual constituição refere, a ter que existir a participação do voto na diáspora os cidadãos angolanos no exterior poderão votar apenas para as legislativas, não para as presidenciais, o que sucede é que estão a ser avaliadas as condições técnicas e organizativas para aferir da conveniência ou não, da possibilidade ou não, das garantias que eventualmente estejam criadas para que o registo eleitoral se proceda no exterior e consequentemente se processe também a participação dos cidadãos residentes no estrangeiro nas eleições legislativas.

Este levantamento vai levar um tempo, ainda não está concluído mas estou esperançado de que antes mesmo da CNE anunciar a aprovação do programa do registo eleitoral, o governo terá uma opinião acerca de se realizar ou não, o voto no exterior.

M • *Haverá simultaneidade de eleições presidenciais e legislativas?*

Anália Vitória Pereira do PLD, por exemplo, defende que se realizem as eleições presidenciais um ano depois das legislativas.

VFP • A proposta da Sr^a Presidente do PLD continua a ser analisada por vários partidos, o MPLA e o governo ainda não se pronunciaram portanto não há ainda uma decisão política sobre esse facto, vamos ver depois de se aprovar a lei eleitoral, qual será o passo seguinte, penso que a própria CNE se vai pronunciar, provavelmente, porque a lei não estabelece quem tem competência para determinar isso.

Terá que haver eventualmente alguma negociação política, de resto, já existe, quando a Sr^a Anália lançou esta proposta foi para introduzir um elemento na agenda política doméstica, na discussão que os partidos políticos têm realizado sobre o processo eleitoral, mas o que é nota de realce sobre esta matéria é que não há ainda uma decisão política para este facto.

M • *No âmbito da democracia em Angola, as eleições autárquicas já estão calendarizadas?*

VFP • Não porque estão a depender de dois ou três factores, um tem haver com a calendarização final deste processo que está a ocorrer, nomeadamente do facto de saber se haverá ou não simultaneidade nas eleições a ter que haver eleições legislativas e presidenciais em períodos diferenciados. As autárquicas ocorreriam em 2008/2009, penso ser 2009 o período ideal para realização das eleições autárquicas.

Outro factor que me leva a pensar assim, tem haver com a aprovação da futura constituição, a actual embora permita a criação de órgãos autárquicos, não é suficientemente clara em relação a alguns aspectos sobre o sistema autárquico, e não é muito conveniente que remetamos tudo para a lei, como seria o caso se realizássemos as autárquicas sob a vigência da actual constituição. Portanto há que se aprovar a futura constituição. Houve apenas o embargo da oposição,

para que possamos ter um desenho mais claro sobre qual será o figurino institucional das autarquias locais. A outra questão que me leva a atirar para 2009 a realização das autárquicas, tem a ver com um processo que é imperioso que se leve a cabo, que é a afirmação do Estado nos próximos tempos a nível da Administração local, ou seja neste momento e por força da guerra nós temos um Estado local ou uma administração pública local muito fragilizada e não creio que, se não se fizer um esforço muito grande, no quadro de uma estratégia que o governo já aprovou e que tem estado a desenvolver, no sentido de consolidar as estruturas do Estado a nível local porque como sabe o próprio processo de extensão de administração do Estado a todo território angolano ainda não está concluído e não é muito provável que criemos autarquias locais onde, não há digamos uma espécie de trabalho doméstico, ou trabalho de casa feito pelo próprio Estado. Se reparar não há estruturas, serviços para que as autarquias, que é uma experiência totalmente nova entre nós, sejam institucionalizadas sem um mínimo de condições para que possam funcionar. Podem não criar por força disso, a empatia que é

necessária para com as populações, a fim de que os cidadãos participem nos órgãos autárquicos e satisfaçam os seus interesses através de órgãos autónomos como são as autarquias locais.

M • *As regiões mais recônditas de Angola estão a sentir a acção do governo nos preparativos das próximas eleições?*

VFP • Estamos a fazer para que a actividade que o governo está realizar neste momento possa expandir-se para todos os locais de Angola. Eu próprio como coordenador da Comissão Inter-Ministerial para o Processo Eleitoral, tenho feito várias visitas as províncias, municípios, comunas em locais dos mais recônditos possíveis para verificar o estado em que se encontra o país, conversar com as pessoas, temos orientado também os governadores para que possam também neste período fazer o maior número de visitas possível ter o maior contacto possível com os cidadãos mas **é evidente que há muito por fazer, temos para cima se uma centena de localidades em que não temos um sinal de rádio, nem de televisão, temos mais de trezentas mil pessoas ainda deslocadas para reassentar, temos algumas comunas, e municípios sitiados por força da destruição das vias de acesso, por inacessibilidade das vias terrestres, ou porque estão cercadas por campos minados há uma situação que nos apresenta um grau de dificuldades muito acrescido no**

nosso país e isso vai levar a que, o esforço do governo e o esforço da comunidade internacional que vai certamente apoiar a realização das nossas eleições, tenha que ser muito grande, para que possamos ter condições de realizar um processo eleitoral tranquilo, livre, justo, competitivo, universal.

M • *A CIPE estará também nas províncias?*

VFP • A nível das províncias, vamos criar estruturas executivas do governo que vão desenvolver as acções de responsabilidade do governo. Actualmente nós temos direcções por exemplo direcção

provincial da indústria, da educação, mas não há uma direcção ou delegação provincial da administração do território, e como é o Ministério da Administração do Território que tem, em nome do governo de executar na prática o registo eleitoral, tivemos que criar. O governo já aprovou o decreto que cria essa estrutura, uma estrutura a nível provincial e municipal, excepcionalmente comunal, que se vai responsabilizar pela organização e execução das tarefas do registo eleitoral.

M • *Foi a Cabo Verde para se informar sobre a experiência deste país em relação a realização de eleições. Em que outros países Angola se inspirou?*

VFP • Desde o início que seguimos a estratégia de visitar alguns países da região e não só, países que percorrem o processo de realização de eleições há muito tempo com alguma estabilidade e credibilidade e que possam emprestar a sua experiência para Angola. Estivemos na Namíbia, em Moçambique, Cabo Verde e porque não temos tempo para ir a todos países onde desejávamos vamos justamente chamar alguns desses países para Angola para nos transmitirem a sua experiência sobre o modo como devemos organizar as eleições, e sobre como eles têm organizado as suas eleições. Daí que

tenhamos anunciado intencionalmente em Londres a realização em breve de um Seminário Internacional sobre a organização dos processos eleitorais.

M • *Já dá para sentir se as populações estão mobilizadas para a realização das eleições?*

VFP • De forma muito efusiva ainda não, e é compreensível porque temos estado a prestar atenção redobrada e especial em determinadas situações que têm que ver com o trauma da guerra, em muitas zonas do país e mesmo a nível urbano. Portanto no interior de Angola há segmentos da população que reagem à realização do próximo pleito eleitoral com alguma indiferença e relutância. Entendem que a realização das eleições está relacionada com o retorno da guerra e dizem mesmo que não vale a pena, pois quem perder não vai aceitar e vamos voltar a guerra.

M • *Haverá muita abstenção então?*

VFP • Esse vai ser o nosso maior adversário. Tenho estado a aconselhar os partidos políticos, o MPLA e a UNITA fundamentalmente de que, na minha perspectiva o grande adversário dos principais partidos políticos não serão o MPLA da UNITA, ou vice-versa, será fundamentalmente a abstenção, daí que tenho estado a fazer o apelo em todos

os fóruns onde têm solicitado a minha intervenção, no sentido de que a mensagem dos partidos políticos, das igrejas, das organizações não governamentais, etc., deva apontar para uma participação massiva dos cidadãos no pleito eleitoral e nomeadamente no registo eleitoral que é a primeira fase do processo. O problema da abstenção também tem haver com o facto de um grande universo de potenciais eleitores para as eleições de 2006 não ter participado nas eleições de 1992, ou seja alguém que tenha hoje 31 anos, não participou seguramente no pleito de 1992, não tem referências do processo eleitoral e as únicas referências que tem são as da guerra, desorganização, corrupção desse tipo de discussões que são recorrentes na nossa discussão doméstica.

M • *Apesar do cepticismo das populações no sentido de que, as eleições poderão trazer de volta a guerra, o governo prepara-se para realizar eleições em 2006.*

VFP • Desde o início que seguimos a estratégia de visitar alguns países da região e não só, países que percorrem o processo de realização de eleições há muito tempo com alguma estabilidade e credibilidade e que possam emprestar a sua experiência para Angola. Estivemos na Namíbia, em Moçambique, Cabo Verde e porque não temos tempo para ir a todos países onde desejávamos vamos justamente chamar alguns desses países para Angola para nos transmitirem a sua experiência sobre o modo como devemos organizar as eleições, e sobre como eles têm organizado as suas eleições. Daí que tenhamos anunciado intencionalmente em Londres a realização em breve de um Seminário Internacional sobre a organização dos processos eleitorais.

M • *Temos em Angola 126 partidos políticos.*

VFP • No caso de Angola acho de todo preferível que as eleições se realizem no tempo do cacimbo, por causa das chuvas o grau de dificuldades em termos de circulação de pessoas e de funcionamento da logística eleitoral é muito menor no cacimbo do que no tempo chuvoso.

M • *Eleições para o tempo do calor ou para o cacimbo?*

VFP • No caso de Angola acho de todo preferível que as eleições se realizem no tempo do cacimbo, por causa das chuvas o grau de dificuldades em termos de circulação de pessoas e de funcionamento da logística eleitoral é muito menor no cacimbo do que no tempo chuvoso.

M • *Eleições para o tempo do calor ou para o cacimbo?*

VFP • No caso de Angola acho de todo preferível que as eleições se realizem no tempo do cacimbo, por causa das chuvas o grau de dificuldades em termos de circulação de pessoas e de funcionamento da logística eleitoral é muito menor no cacimbo do que no tempo chuvoso.

M • *Eleições para o tempo do calor ou para o cacimbo?*

VFP • No caso de Angola acho de todo preferível que as eleições se realizem no tempo do cacimbo, por causa das chuvas o grau de dificuldades em termos de circulação de pessoas e de funcionamento da logística eleitoral é muito menor no cacimbo do que no tempo chuvoso.

M • *Eleições para o tempo do calor ou para o cacimbo?*

VFP • No caso de Angola acho de todo preferível que as eleições se realizem no tempo do cacimbo, por causa das chuvas o grau de dificuldades em termos de circulação de pessoas e de funcionamento da logística eleitoral é muito menor no cacimbo do que no tempo chuvoso.

M • *Eleições para o tempo do calor ou para o cacimbo?*

VFP • No caso de Angola acho de todo preferível que as eleições se realizem no tempo do cacimbo, por causa das chuvas o grau de dificuldades em termos de circulação de pessoas e de funcionamento da logística eleitoral é muito menor no cacimbo do que no tempo chuvoso.

M • *Eleições para o tempo do calor ou para o cacimbo?*

VFP • No caso de Angola acho de todo preferível que as eleições se realizem no tempo do cacimbo, por causa das chuvas o grau de dificuldades em termos de circulação de pessoas e de funcionamento da logística eleitoral é muito menor no cacimbo do que no tempo chuvoso.

M • *Eleições para o tempo do calor ou para o cacimbo?*

VFP • No caso de Angola acho de todo preferível que as eleições se realizem no tempo do cacimbo, por causa das chuvas o grau de dificuldades em termos de circulação de pessoas e de funcionamento da logística eleitoral é muito menor no cacimbo do que no tempo chuvoso.

M • *Eleições para o tempo do calor ou para o cacimbo?*

VFP • No caso de Angola acho de todo preferível que as eleições se realizem no tempo do cacimbo, por causa das chuvas o grau de dificuldades em termos de circulação de pessoas e de funcionamento da logística eleitoral é muito menor no cacimbo do que no tempo chuvoso.

M • *Eleições para o tempo do calor ou para o cacimbo?*

VFP • No caso de Angola acho de todo preferível que as eleições se realizem no tempo do cacimbo, por causa das chuvas o grau de dificuldades em termos de circulação de pessoas e de funcionamento da logística eleitoral é muito menor no cacimbo do que no tempo chuvoso.



MWANGOLÉ

Angolanos na Quinta do Mocho

Na nova urbanização a dignidade humana é palavra chave

O nome escolhido para a nova urbanização é Terraços da Ponte. Porém, muitos continuam orgulhosamente a chamá-la Quinta do Mocho. O novo bairro que apresenta uma área luminosa, ladeada de relva, árvores e com vista para o Tejo, poderá ser a face visível de uma nova reinserção social de emigrantes africanos em Portugal.



Fotos de Paulo Amorim

De sublinhar os esforços dos moradores na melhoria das suas condições de vida

A ocupação da Quinta do Mocho começou na década de oitenta. Este bairro da Freguesia de Sacavém em Lisboa, nasceu numa construção abandonada de dez andares, dando origem a um bairro degradado clandestino maioritariamente habitado por uma população multicultural, principalmente naturais dos países africanos de língua Portuguesa.

Um terço dos moradores da Quinta do Mocho são de nacionalidade angolana, mas há também neste bairro moradores originários de S. Tomé, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e famílias provenientes da Europa do Leste.

No âmbito do Programa Especial de Realojamento, o governo português e a Câmara Municipal de Loures construíram uma nova urbanização denominada Terraços da Ponte, situada no alto, entre o bairro São João (Camarate e a Courela do Foguete (Sacavém)).

O recenseamento da população do Mocho efectuou-se em 1997 e a primeira acção de realojamento ocorreu a 3 de Abril de 1999, terminando em Setembro de 2001. Cerca de 3500 pessoas receberam casas na nova urbanização distribuindo-se 530 famílias em 91 edifícios, cerca de 680 casas.

O nome escolhido para a nova urbanização é Terraços da Ponte, porém muitos continuam orgulhosamente a chamá-la Quinta do Mocho. O novo bairro que apresenta uma área luminosa, ladeada de relva, árvores, com vista para

o Tejo, oferece o mínimo do que a dignidade humana exige.

A população do Mocho que, em muitos casos se encontra ilegal, é maioritariamente jovem. A precariedade da sua situação faz com que seja absorvida para trabalhos ligados à construção civil, no caso dos homens e ao serviço doméstico (limpezas) no das mulheres, sendo encarada como mão de obra barata e sem qualquer tipo de reconhecimento a nível profissional e por vezes, social. No entanto, entre as faixas etárias mais jovens já se regista uma percentagem considerável de estudantes universitários.

Parceria de Intervenção Comunitária



Assistentes no ATL e creche Pomba da Paz Teresa Major e Paula Balanga

As pessoas com quem falamos foram unânimes em afirmar que o clima de insegurança é o problema mais grave que se vive actualmente, havendo assaltos quase diariamente, muitos dos quais praticados por jovens que os moradores do bairro conhecem, mas que, não podem

denunciar sob pena de sofrer represálias. Como técnico no terreno o sociólogo angolano Viegas Bernardo considera que o problema maior «são as pessoas não terem toda a informação necessária para se legalizarem e terem acesso ao emprego e outros direitos cívicos e sociais».

Tendo em conta esta realidade, várias associações encontram-se a trabalhar na Quinta do Mocho servindo os objectivos que promovem o desenvolvimento integral da criança, a formação dos jovens, o apoio aos idosos, através de creches, Jardins de Infância, ATL (Actividades de Tempos Livres) e apoio domiciliário.

Em relação aos apoios, estes provêm das associações ligadas ao ACIME (Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas), do Instituto de Emprego e Formação Profissional e ainda do trabalho feito em regime de voluntariado.

O jornal Mwangolé contactou com as instituições que trabalham no bairro, muitas das quais com funcionários angolanos, entre elas a Associação Unida e Cultural dirigida por Cristiano Pinto, que nos recebeu no bairro, a Pomba da Paz, a PROSAUDESC, (Promotores de saúde ambiente e desenvolvimento sócio cultural) e ainda a Cooperativa Socio-Educativa para o Desenvolvimento Comunitário.

Na Associação Pomba da Paz, a maioria das crianças que frequentam as Actividades de Tempos Livres, são filhas de cidadãos angolanos. De uma maneira geral elas podem permanecer na

creche e no ATL desde as sete da manhã até as 19 horas, e as mensalidades que os pais têm que pagar, de acordo com os seus rendimentos, podem ser no mínimo de 15 euros. A responsável Angeles Ramos, explicou que as crianças vão para a escola numa carrinha da Associação, por causa do trânsito, mas também devido à falta de segurança.

Conhecemos então Paula Balanga e Teresa Major, duas angolanas, que, depois de uma formação foram admitidas como assistentes sociais na

Pomba da Paz, e já lá estão há três anos. Com elas falamos de algumas reclamações que escutamos, sobre rendas altas e facturas de água e luz muito elevadas. Mas, parte do problema já foi resolvido «Quando os moradores não conseguem provar com documentos que estão desempregados, ou as suas ocupações a Câmara aplica

a chamada renda técnica e essa é de 356 euros, mas a maioria já resolveu esse problema» diz Teresa Major.

O que se mantém segundo Paula, é a questão das elevadas facturas de água e luz. E, se é verdade que na antiga Quinta do Mocho os moradores não se habituaram a contabilizar a água e a luz porque não a pagavam, também é verdade como nos diz Cristiano Pinto, que no Conselho de Loures a água e a luz são mais caras e esclarece «eles deviam mandar-nos a factura todos os meses, mas mandam facturas de 3 a 4 meses e ainda lhes somam uma série de taxas e serviços que perfazem valores muito





Rosário Reais, Justina António e Paula Ferreira
Três angolanas assistentes sociais na Creche da Cooperativa Sócio-Educativa

elevados, há muitas facturas perto e para cima dos cem euros».

Passamos pela Cooperativa Socio-Educativa para o Desenvolvimento Comunitário, onde três angolanas fizeram as honras da casa. Rosário Reais, Justina António e Paula Ferreira estão igualmente satisfeitas com o seu trabalho na creche "Crescer Saudável".

Promotores de Saúde e Desenvolvimento



Promotores e mediadores culturais de saúde, formaram a Associação Prosaudesc (Promotores de Saúde, Ambiente e Desenvolvimento do Socio-Cultural). Aqui encontramos o sociólogo angolano Viegas Bernardo, coordenador do projecto Esperança, e que acaba por acompanhar-nos nesta reportagem.

A PRASAUDESC dedica-se também ao apoio domiciliário aos idosos, doentes acamados, possuidores de deficiência física e portadores de HIV- Sida. Como nos conta Viegas Bernardo, a Associação formou 15 ajudantes domiciliárias, mas não conseguiu fazer aprovar um projecto autónomo, «porque os parceiros que contactamos se atrasaram a entregar os papéis necessários. Algumas senhoras ficaram a prestar apoio voluntário no bairro, outras conseguiram trabalho nas instituições onde estagiaram, e estamos ainda a lutar para a qualquer momento quatro senhoras que estão no Fundo de desemprego possam trabalhar dentro do Concelho de Loures ou Odivelas no âmbito da Prosaudesc».

Aqui coloca-se o problema da Associação não ter ainda o estatuto de instituição particular de solidariedade social, processo que poderá estar concluído até ao fim deste ano, e que permitirá estabelecer protocolos directos com a Segurança Social e outras instituições.

A Prosaudesc surgiu com pessoas da Quinta do Mocho, que, como tinham prática ou estudos na área de saúde tiveram acesso a uma formação financiada pelo Programa Pessoa, nos anos de 1999/2000. Actualmente promove acções de sensibilização sobre os cuidados a ter com o lixo, a prevenção de doenças e está também desde Novembro de 2004 a desenvolver o projecto Esperança

Programa Escolhas 2ª Geração Projecto Esperança

O projecto esperança visa apoiar os jovens, na legalização, apoio escolar, acesso à Internet, actividades desportivas, cursos de informática, actividades livres, apoio psicológico e ateliers. Financiado pelo Programa do governo português Escolhas 2ª geração e pelo Programa Operacional Sociedade do Conhecimento e tem como entidade promotora a Associação Unida e Cultural da Quinta do Mocho, como gestora a Prosaudesc e como parceiros directos a Câmara Municipal de Loures, a Escola do Ensino Básico Bartolomeu Dias e a Escola do Ensino Básico nº 3 de Sacavém.

"Esperança" é uma sequência do programa Escolhas, do governo português, «este programa foi renovado por mais dois anos e esperamos que volte a renová-lo para que o nosso trabalho não seja interrompido em Outubro do próximo ano» diz Viegas. O Escolhas foi anteriormente gerido por instituições de fora, com técnicos que não conheciam a realidade do bairro, este ano considerou-se importante os projectos elaborados, implementados e geridos por instituições locais, atendendo à proximidade que têm com os moradores.

O projecto Esperança é mais um a funcionar dentro da nova Quinta do Mocho, com a diferença de ser totalmente gratuito. Foi idealizado para crianças e jovens dos 6 aos 24 anos, que, com base nas estatísticas a partir das escolas e do bairro, tinham carências específicas, na família, na escola. As crianças regularmente acompanhadas durante todo ano são as que foram sinalizadas, pelas escolas. Para os jovens

há um conjunto de actividades viradas para suas necessidades como aulas de informática, actividades desportivas. No espaço jovem também um grupo de Hip Hop possibilita o convívio e sensibiliza para questões sensíveis sobre saúde, legalização, criminalidade.

Falta de documentos é obstáculo a vencer

Para jovens a partir dos 14 anos, existem actividades no sentido de ajudar a descobrir uma profissão, ou um curso profissional, a voltar para a escola, porque muitos abandonam os estudos. É neste tipo de serviço que a Associação tem encontrado dificuldades por falta de documentos, «neste momento há 30 jovens inscritos que podem ser encaminhados nem para o emprego nem para formação profissional e os que têm mais de 18, também não podem voltar para a escola porque não têm documentos» diz Viegas Bernardo acrescentando, «a maioria destes que identificamos são angolanos, estamos a tentar resolver o problema, mas há também casos de jovens que foram encaminhados e são bem sucedidos».

As crianças e jovens que não estão a ser directamente acompanhadas pelo Projecto Esperança podem participar em actividades abertas de carácter desportivo, acesso à informática, pequenos cursos para quem precisa de fazer trabalhos escolares e não sabe usar os computadores, ateliers etc.

Um dos mais graves problemas com que se debate a Associação ao tentar ajudar os jovens desempregados é, de facto, a falta de documentos. Há casos em que os pais não têm documentos angolanos portanto não podem renovar a sua inscrição consular nem tratar os documentos dos filhos, nem pedir passaportes e logo, não podem pedir a residência. «Estamos apenas a espera dos dados do último Inquérito que a Associação Unida e Cultural, e a PRASAUDESC com a parceria de outras instituições fizeram, aí teremos a caracterização actual da comunidade angolana residente no bairro, e pretendemos contactar o Consulado da Embaixada



Casa da Cultura

A Casa da Cultura da Quinta do Mocho é também um importante factor aglutinador, dos esforços no sentido de aumentar a qualidade de vida dos moradores do Mocho, funciona como a sede de todas as instituições públicas e privadas da chamada Parceria de Intervenção Comunitária, (PIC). Há reuniões cíclicas, nas quais os representantes das instituições discutem as actividades que pretendem organizar em conjunto. Este trabalho em grupo facilita a troca de conhecimentos e experiências.

Na opinião de Viegas «Quando não são eventos que correspondem concretamente às



Através do projecto esperança os jovens têm acesso a actividades desportivas, cursos de informática, apoio escolar e profissional

de Angola». O sociólogo precisa «queremos contactar o consulado para saber, a partir de casos concretos, o que se pode fazer, se é possível excepções para inscrever no Consulado pessoas que não tenham documentos, por via de testemunhas ou entrevistas. Porque senão começamos a ter famílias que já vão na terceira geração com este problema, os pais não podem, os filhos não podem».

As Associações estão a debater esta questão também com as instituições portuguesas. ❧



Cristiano Pinto, dirigente da Associação Unida e Cultural, uma das mais activas na Quinta do Mocho

necessidades das pessoas, poucos participam. Por exemplo a Casa da Cultura tinha um projecto a funcionar com ateliers de artes plásticas, cinema, opções profissionais etc. e isso permitiu a alguns jovens do projecto Esperança visitarem certas empresas. Agora a técnica que está a animar essa actividade na Casa da Cultura, está também no projecto Esperança, houve como que uma gemação entre o que eles programam para esta faixa etária e aquilo que o projecto tem nas suas actividades, ajuda a aproximar os jovens da Casa da Cultura e a rentabilizar os recursos».

E a polícia também participam nas reuniões da PIC, através do projecto Polícia de Proximidade. Este projecto contribuiu para, comparativamente, diminuir os assaltos no bairro, fez com que a polícia perdesse o receio de lá entrar, tomasse contacto com os jovens problemáticos tendo melhorado muito, através do convívio a relação da polícia com os moradores, o que lhes facilita a investigação sobre actividades criminais dentro da nova Quinta do Mocho.



O sociólogo angolano Viegas Bernardo, é o coordenador do projecto Esperança



Com a cabeça cá, mas o coração lá



Para quem emigra coloca-se sempre a questão do regresso. A especificidade da migração angolana acentua ainda mais essa questão transformando-a, muitas vezes, num verdadeiro dilema. Entre o ir e o ficar a distância é curta. E, muitas vezes, depende mais da emoção do que da razão. Quando o coração insiste teimosamente em ficar no ponto de partida, é caso para dizer saímos de Angola, mas Angola não sai de nós...

Inquirimos três emigrantes angolanos que são unânimes: "regressar sim, mas..."

Paulo Sakala, 35 anos, operário da construção civil, há 14 em terras lusas, é peremptório: "não vou me reformar em Portugal". Planifica regressar, não para trabalhar no mesmo ramo, mas voltar à área que "suspendeu", quando em 1991 rumou para Lisboa, a investigação criminal, dentro do CIME. À pergunta de que depende o regresso, responde sem pestanejar, da garantia de que não irá engrassar as fileiras do desemprego que ainda é grande em Angola.

Quando Paulo Sakala, então com 21 anos, idade militar, fez a sua "retirada estratégica" de Angola não fazia ideia do tipo de sociedade que encontraria pela frente. A necessidade de sair, para fugir à guerra, falou mais alto. Valeu-lhe o apoio de "kambas" que já tinha por cá e de um companheiro casual de viagem que vinha com o mesmo objectivo. Uniram forças, começando pelo primeiro dos combates: contra o frio. Para isso, andavam com resmas de jornais nos bolsos que serviam para nos intervalos das obras fazer pequenas fogueiras nas quais aqueciam as mãos, melhorando a circulação sanguínea e criando a ilusão de conforto. Trabalhar nas obras é o que mais facilmente se consegue com ajuda de amigos, porque aquilo é "trabalho, não é emprego", como faz questão de sublinhar.

O português de cá é diferente do de lá

Se arranjar trabalho foi fácil para o Paulo e o seu companheiro de viagem, Hilário já a legalização foi o cabo das tormentas. "Para cima e para baixo, burocracia atrás de burocracia e nada..." Só passados mais de dois anos e por sorte, conseguiu, porque na altura, recorda, a prioridade de legalização eram para os outros palops, sobretudo caboverdianos e guineenses. Quando se lhe fala de integração não hesita em afirmar "temos os nossos amigos sempre angolanos e aí funcionamos quase como família. O resto da sociedade portuguesa, é "melhor nem pensar".

Menos dificuldade de integração teve a finalista de Relações Internacionais, **Maria Pacavira**, 25 anos que quando cá chegou há seis anos já tinha familiares e muitos amigos "a espera". A sua maior dificuldade foi a língua - o português. "O português no ensino cá é completamente diferente daquilo que eu tinha estudado em Angola". A agravar a situação de Maria Pacavira está o facto de ter feito o ensino primário e parte do secundário em Havana e em Nova Iorque. Por ter estado em terras do tio Sam, o clima não foi grande problema.

Considera também que o facto de ser "muito sociável" contribuiu imenso para a sua integração, dificultada aqui e ali pelas imensas saudades do núcleo central da família. Para Maria Pacavira o estudante angolano tem "pouco divertimento em Portugal. Em Angola há muito mais". É disso que sente falta, da diversão angolana, que remata "cá não é possível". Esta falta deve funcionar como um factor de união já que nas palavras da futura diplomata os estudantes angolanos são muito unidos. Tal como ela própria, Maria garante que a grande maioria dos estudantes angolanos quer regressar, mas tem medo de ficar no desemprego. Por isso lança um apelo ao Estado angolano para que crie "bons empregos, com salários compatíveis", o que serviria de incentivos a jovens recém-formados.

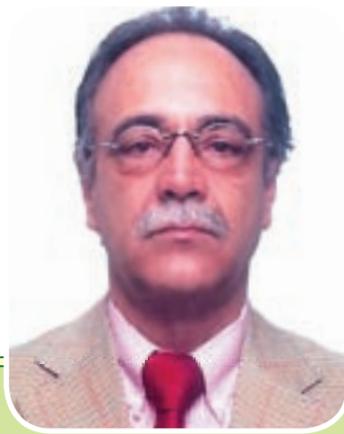
O sonho do futebol

Não é de emprego criado pelo Estado que **Sebastião Paulo Júnior** está a espera para iniciar o regresso a casa. Mas sim de apoio, sobretudo em termos de pequenos empréstimos "que a nossa banca devia fazer" a jovens que como ele, aos 36 anos, trabalha por conta própria.

Pintor, com 11º ano, feito já em Portugal, onde chegou num inverno de há quase 15 anos, Sebastião Júnior ou Mitó - nome de casa como faz questão de dizer - já esqueceu definitivamente o sonho que o fez saltar de Luanda para Lisboa - jogar futebol num grande de Portugal. Na opinião de Mitó, a (des)integração foi a chave do seu fracasso. Ainda alinhou pelo Comércio e Indústria de Setúbal (quatro meses) e Salgueiros do Porto (seis meses), ambas da segunda divisão. Mas, depressa o sonho deu lugar

ao pesadelo, já que era um indocumentado. A legalização "foi uma eternidade", por isso começou pelo "lado dos mais fracos": a construção civil.

Chorou muitas vezes de saudades dos sete irmãos e do filho que deixara ainda bebé de fraldas. Valeu-lhe o apoio moral dos amigos. "Nós mwangolé somos assim, ajudamo-nos nas dificuldades". De outra forma Mitó não teria superado os "seis (primeiros) meses terríveis". Mas, não esqueceu ainda o futebol e, de vez enquanto, com amigos vai fazendo a vontade ao pé, preferencialmente no seu lugar de sempre, médio, lembrando os tempos em que jogou na equipa principal da Secil Marítima. As saudades, essas, o tempo tratou de as diminuir, "nunca acabam". É a presença do filho, agora com 15 anos, e a visita anualmente de irmãos colmatam.



OPINIÃO

Solidariedade de Facto

Texto de **Jorge Pessoa**

A Comunidade Africana em Portugal de há cerca de 10 anos a esta data, principalmente desde 1999 e em especial a comunidade Angolana, têm demonstrado através das suas organizações e a grande maioria, com o apoio consciente das suas Embaixadas, uma consciência social grandiosa. Organizando congressos simpósios, fóruns, debates normalmente acompanhados por sessões de poesia e exposições de pintura, comemorando os dias mais importantes dos seus países de uma forma vigorosa e empenhada. Mostrando assim os seus valores e preocupações, não só no que concerne a vida interna dos seus países, como à do país onde vivem e desenvolvem as mais diversas profissões e actividades com reconhecidos méritos profissionais, contribuindo assim para o desenvolvimento de Portugal.

Quando se tem conhecimento de perto do número de governantes e intelectuais Angolanos que vêm a Portugal participar nestes eventos e do seu elevado nível de conteúdo, só se pode sentir orgulho de viver ao lado dessas comunidades no mesmo País.

O problema nasce é na falta de importância, desvalorização e ostracismo a que essas comunidades e suas iniciativas estão votadas. São, penso eu, vistas como, de pouca importância, de importância menor como de uma coisa que só a eles imigrantes diz respeito. É por vezes ainda vista como um perigo.

Esta falta de consciência (Histórica) atira assim para um "Guêto" intelectual, todas as manifestações culturais, económicas e políticas, de grande valor e normalmente integrantes de participantes portugueses convidados, demonstrando assim a inteligência de integração efectiva e a **Solidariedade de Facto**, com que essas comunidades trabalham. Que para além do mais propiciam confiança e informação aos convidados portugueses, para uma aproximação aos negócios com os seus países de origem. Embora o grande objectivo seja a cooperação, o que mais interesse se sente são os negócios.

Negócios, toda a gente quer fazer negócios, com os países africanos. E mesmo assim falam de uma forma tão paternalista e elitista que parece que pensam, que ainda o vão fazer, para ajudar esses países. Aliás os imigrantes Africanos de língua portuguesa, **sentem**, que muitos Portugueses **sentem**, que ao "permitirem" essas mesmas comunidades viverem em Portugal, estão-lhes a fazer um favor. E mais, os Africanos **sentem** que, se pudessem livrar-se-iam deles.

Graças a Deus grande parte dos portugueses é boa gente, não pensa assim, outros acredito que não queiram pensar assim, mas... pensam! Outros, a minoria, pensam assim. E na realidade pela sua linguagem e atitudes não contribuem para tão propalada irmandade, cooperação e criação de uma sociedade mais justa, sem discriminações, a que todos nos propusemos.

Faça-se justiça à RDP - África, ao programa Kandando e a um programa da RTP2 que difundem os problemas dos emigrantes.

Embora pareça bem à primeira vista e no meu entender, estes sirvam as comunidades, "guetizam-nas" de certa forma ao mesmo tempo. Por ser ali, àquela hora, só para "Eles". Esta forma serve, mas não integra. Se não integra, cria dificuldades à integração, logo separa, não une.

Se as manifestações culturais e outras, fossem conscientemente englobadas e difundidas, como parte de um todo, de uma realidade do dia a dia, de igual modo por todos os meios de comunicação social, as comunidades sentir-se-iam integradas, sentiriam que realmente eram cidadãos iguais. Rever-se-iam nos seus dirigentes. **As políticas sociais são que nos tornam iguais.** Penso eu. Não esquecer que muitos cidadãos Portugueses de cor escuras, nascidos em Portugal, encostam-se ou aproximam-se das organizações Africanas, na procura de alguma identificação. Pois sentem que os Portugueses não os considerem como tal. Outros ainda sem grandes referências à sua descendência Africana sentem-se perdidos. Pois sentem que parte dos Portugueses não os considera como tal. Não têm uma referência visível, nem na Assembleia da República, nem no governo, nem nas altas patentes militares, nem na polícia, etc. Não há sinais os dignifiquem. Para além se serem discriminados no emprego e muitos deles empurrados para bairros "guetos". Não têm mais nenhum sinal de que são Portugueses... nem que fosse de segunda. Como na linha cultural habitual de alguns, já os brancos ou mais claros, no tempo colonial, por terem nascido em África eram considerados brancos de **segunda**, explícitos no Bilhete de Identidade. E não iam à "tropa" nem podiam exercer cargos de relevo na estrutura do Estado. Será que ainda estamos na mesma? Pergunto eu.

Os Portugueses, os Africanos, todos nós temos que deixar de ter complexos, que só levam à mediocridade e ao conflito. Temos que dizer às crianças nas escolas, que **Portugal é um povo de mestiços** e que isso é bom. **Que já não existem raças**, com base na cor da pele. **Raça só há uma, a Humana.**

Se não for assim, traduziremos na prática a pequinês mental de alguns que levou à queda do Império. Mais grave do que isso, demonstra-se que em Portugal a mentalidade é inferior. Esta é a realidade. Culpam-se os outros Países de língua portuguesa de fazerem tudo mal e de não se entenderem. Como se em Portugal se fizesse tudo bem, como é possível e anunciado, como a **Solidariedade de Facto**. Fica-se por dizer que "somos amigos", "estamos ao vosso lado", "a vossa causa é a nossa". Isto é a solidariedade da "treta" que temos. Mas a "Solidariedade de Facto", são ou serão as medidas concretas, na prática efectiva nas políticas sociais do dia a dia. Dêem sinais, não tenham medo, mostrem que os "novos" portugueses são bons e Solidários de **Facto**. Isso é que é ser **Visionário**, isso é que é construir um mundo melhor. Só assim se substituirá e renovará o orgulho das grandes obras.

Não nos podemos esquecer, que, a crise da Europa, criada principalmente pela França e Holanda, instalou-se pelos sentimentos de egoísmo e elitismo emergentes, contrários à ideia de Shuman para a criação da Europa. Ele disse "a Europa só se construirá com Solidariedade de **Facto**."

A Integração das comunidades de Língua Portuguesa é um dos poucos sinais do enriquecimento e da transformação qualitativa de Facto, que a sociedade portuguesa pode e deve levar a cabo.

Vamos dar as mãos de **Facto**, sem complexos sem medos, passando a transportar com alegria os genes do ritmo Africano. Assim se dará um exemplo de grandeza ao mundo. **Estamos juntos.**

Delegação Parlamentar Visita Prisão



As expulsões de imigrantes angolanos têm aumentado em Portugal, muitas não chegam sequer ao conhecimento do Consulado de Angola. Por outro lado, finda a guerra, acentua-se a preocupação do governo para com o regresso e as condições de vida dos seus cidadãos na diáspora.

Várias delegações do Parlamento angolano estão a visitar os países onde existem mais reclusos angolanos, nomeadamente, Zâmbia, África do Sul, Namíbia, Brasil e Portugal.

Neste âmbito, a delegação parlamentar da Comissão de Direitos Humanos, Petições e Sugestões de Cidadãos, que visitou o Estabelecimento Prisional de Lisboa, (EPL) no início de Julho, e ouviu as preocupações de 42 reclusos angolanos a cumprir pena neste Estabelecimento.

Composta por quatro deputados, Madalena Narciso, Alexandre Sebastião, Milton Dias e Armando Caetano, um representante do Ministério do Interior, Cristóvão dos Anjos e uma secretária da Assembleia Nacional, Maria Helena. Segundo o Coordenador da delegação parlamentar que esteve no EPL, Milton Dias, o objectivo é abordar com os governos dos países onde existem muitos presos angolanos, a sua situação de vulnerabilidade, o desconhecimento por parte dos reclusos dos direitos que os assistem, e também negociar formas de os transferir, conforme os casos e os comportamentos, para acabarem de cumprir a sua pena em Angola. Esta possibilidade é dada sobretudo àqueles que não têm famílias constituídas em Portugal.

Para Cristóvão dos Anjos, representante do Ministério do Interior, o encontro foi proveitoso, «inteiramo-nos das aspirações dos reclusos e talvez se consiga a partir de agora, da parte do governo português, um tratamento mais igual». Considerou que o grande problema dos presos é desconhecerem os seus direitos o que os impede de se defenderem.

Na próxima edição do jornal Mwangolé teremos as respostas da assessoria jurídica do Consulado às preocupações de alguns reclusos. Por enquanto apenas nos é adiantado que a vinda desta delegação parlamentar vem chamar a atenção das autoridades angolanas e portu-
sas para a condição dos angolanos em Portugal, «é uma situação muito exposta à penalização. Temos que convir que os passaportes estão na origem de grandes problemas de falsificação de documentos. Os passaportes deviam ser emitidos nas missões diplomáticas no exterior e neste momento, são emitidos em Angola. Logo se um cidadão veio com um passaporte que está já ultrapassado, mesmo que alguém lhe queira dar trabalho ou Visto de Permanência não consegue porque o passaporte não está válido. As pessoas são obrigadas a falsificar passaportes ou usar documentos de terceiros, porque todo o processo que envolve a emissão de passaportes é muito complexo e moroso. Há necessidade que os passaportes sejam emitidos nas emissões diplomáticas e depois agilizar outros procedimentos de desburocratização da emissão de documentos, é urgente que se faça isso ou continuaremos a ter dezenas de angolanos nas cadeias por causa da falta de documentos».

Os crimes que levam os angolanos as cadeias são sobretudo a falsificação de documentos, roubo, e tráfico de droga. Há muito poucos casos de homicídios, violações ou crimes mais hediondos, há mais falsificações de documentos e tráfico de droga por questões de sobrevivência, já que são cidadãos excluídos não têm emprego como desejariam e para sobreviver recorrem ao tráfico.

Porém, segundo a assessoria do Consulado, há casos de angolanos que são apanhados com droga para consumo próprio, o que não é sequer passível de penalização, «mas há muitas confusões no sistema judiciário português, confunde-se o consumidor de drogas angolano com o traficante, há necessidade de se fazer a destriça porque em relação aos que são mesmo consumidores existe uma despenalização legal».

Mwangolé

Angolano expulso de Portugal

O cidadão angolano Osvaldo Manuel Lopes Ambrósio, de 20 anos de idade, foi o caso mais mediático de expulsão de um cidadão angolano de Portugal nos últimos meses. Osvaldo foi expulso de Lisboa onde vivia há oito anos, a 2 de Junho, alegadamente por se encontrar em situação ilegal, segundo fonte dos Serviços de Emigração e Fronteiras(SEF).

Apesar do esforço desenvolvido pelos familiares e pelo Consulado de Angola em Portugal, não foi possível alcançar nenhuma decisão favorável para o caso. Osvaldo Ambrósio terá sido expulso apenas por não ter documentos. O jornal Mwangolé contactou a assessoria jurídica do Consulado de Angola em Portugal para comentar este lamentável caso. Ao seu processo foram já interpostos dois recursos, a decorrer no Tribunal da Relação de Évora, um por excesso de prisão e outro pela ilegalidade da expulsão que contraria também o princípio do reagrupamento familiar que consta na lei de imigração portuguesa.

Osvaldo Ambrósio vivia desde os 12 anos em Portugal com o padrasto Paulo Amaro Monteiro e mãe Maria Helena Filipe Lopes, e irmãos. Posto em Angola, não conhecia sequer o caminho que o levaria a casa do avô. Não tinha antecedentes criminais, foi detido no dia 27 de Abril, no seu local de trabalho e permaneceu no centro de Instalação Temporária do SEF durante dois meses, quando a lei estabelece que o arguido deve ali permanecer por um período de 72 horas apenas.

O jovem devia permanecer em liberdade até que fosse constituído o processo, num período de 60 dias, com um trabalho de investigação apurado, incluindo a auscultação de testemunhas. Uma vez que Osvaldo entrou em Portugal quando era menor e não cometeu qualquer crime, deveria ter sido instaurado o processo de expulsão administrativa, e não ter sido notificado no dia 31 de Maio, quando já estava detido para prestar declarações, no dia 17 de Junho e ser expulso no dia 2 de Junho.

De acordo com a defesa de Osvaldo, depois da audiência de 30 de Maio, o SEF tinha 60 dias para iniciar o processo de expulsão, mas fez-o em poucos dias. Não houve um processo acusativo instruído nem o contraditório, pelo que não foram criadas sequer condições para que o jovem se pudesse defender, foi expulso sem qualquer processo do conhecimento do consulado ou do seu defensor. O SEF tinha a obrigação de contactar, a defesa de Osvaldo, de informar sobre as razões para a expulsão, contudo passados mais de trinta dias depois da expulsão, o SEF ainda não se pronunciou. Para a assessoria jurídica do Consulado, não restam dúvidas «é uma expulsão ilegal, e o que o SEF deve fazer é indemnizar esse cidadão e devolvê-lo a Portugal».

Considera-se ainda que com oito anos, Osvaldo já deveria ser português, posto que passados seis anos de residência ininterrupta a lei estabelece que se tem direito à nacionalidade. A mãe de Osvaldo fez prova no processo como cidadã legal com casa própria, o jovem fez prova de que era estudante trabalhador, estava matriculado, não tinha antecedentes criminais, nunca tinha respondido em nenhum processo e foi expulso, não sem que antes se lhe tivesse sido proposto usar uma pulseira electrónica para que não fugisse de Portugal, condição que recusou pois ficaria na mesma durante três semanas preso, no aeroporto, e só se houvesse pareceres favoráveis do Instituto da re-inserção social iria para casa onde ficaria detido com uma pulseira electrónica.

Para a Assessoria Jurídica do Consulado de Angola em Portugal «A falta de documentos não é da exclusiva responsabilidade dos estrangeiros, porque o SEF, na sua maneira de trabalhar, é responsável pela não documentação dos estrangeiros. O ministro da presidência comunicou recentemente em Conselho Consultivo que iria fazer uma verdadeira investida pela desburocratização do SEF, porque são exigidos papeis, inclusive desnecessários. A situação dos angolanos é complexa, dúbia e urgente de resolver porque se não têm documentos não lhes é dado trabalho, mas para lhes ser dado trabalho é preciso que tenham documentos, é um encadeamento com efeito dominó, que os deixa sujeitos à expulsões».

As expulsões, por seu turno, têm sido feitas de maneira astuciosa «sempre que o SEF interpela um cidadão indocumentado pergunta se prefere sair à bem ou à mal, dizendo-lhe que se pode ir embora e voltar depois de um ano, mas a partir do momento em que a pessoa abandona voluntariamente o país, fica registado nos ficheiros dos estados Shengen e não consegue voltar a entrar nem depois de um ano, nem depois de 5-10 anos. A atribuição dos vistos está centralizada no Ministério dos Negócios Estrangeiros em Portugal e basta haver uma informação contra o cidadão para que não possa beneficiar do visto de entrada. As pessoas declaram que estão a sair livremente quando de facto estão a ser expulsas, valia mais que aguardassem por um processo de expulsão, que leva muitos meses e até lá a pessoa pode até conseguir documentos».

Mwangolé



Petróleo

Sempre a crescer

Numa altura em que o preço do barril do petróleo atinge o seu valor máximo no mercado internacional - 60 dólares -, Angola prepara-se para duplicar a produção de crude, alcançando os dois milhões de barris / dia.

Com uma produção actual de um milhão e 100 mil barris/dia e reservas estimadas em 12.5 biliões de barris, Angola poderá atingir dois milhões de barris/dia até 2008, segundo projecções da SONANGOL.

Para tal, a companhia petrolífera angolana terá que investir, nos próximos quatro anos, cerca de 20 biliões de dólares para desenvolver os campos petrolíferos das águas profundas, recentemente descobertos e construir uma planta de gás natural (LNG) e uma refinaria no Lobito.

A produção de crude em Angola ultrapassou a cifra de um milhão de barris diários desde Agosto último com a entrada em funcionamento do projecto kizomba A, no bloco 15, que contribui com uma produção de 250 mil barris e com reservas avaliadas em mil milhões de barris.

A decisão de duplicar a produção de petróleo, que representa mais de 90 por cento das receitas do Estado, surge depois do anúncio da descoberta nos últimos meses de mais três poços de petróleo. A Sonangol e a British Petroleum anunciaram a descoberta de mais um poço de petróleo denominado Ceres-1, localizado no bloco 31, em águas ultra-profundas, 360 quilómetros a nordeste de Luanda, perfurado a uma profundidade de 1633 metros e testado a uma taxa máxima de 5844 barris de petróleo por dia, através de uma abertura de 44/66 polegadas.

Investimentos no gás

Antes do Ceres-1 as duas empresas tinham já anunciado a descoberta do poço de petróleo denominado Palas-1, também no bloco 31, em águas ultra-profunda, perfurado pela plataforma de sondagem semi-submersível Liev Eiriksson, a 1602 metros de lâmina de água, 325 quilómetros a noroeste de Luanda e testado a taxa máxima de 5330 barris de petróleo por dia.

O terceiro poço, com dois reservatórios de petróleo encontra-se a uma profundidade de 711 metros, situado na parte oeste do bloco 4 do offshore angolano.

As amostras e outras informações recolhidas permitem afirmar que a descoberta apresenta características comerciais.

Entretanto, a ChevronTexaco-Cabinda Gulf Oil Company (CABGOC), a Sonangol, a Total e a Eni Angola B.V. (parceiros do Bloco 0) iniciaram já a produção de petróleo no campo Bomboco, situado na concessão do bloco 0, zona marítima de Malongo, província de Cabinda. A produção do primeiro bloco é de quatro mil barris/dia. O campo Bomboco atingirá uma produção média diária de 30 mil barris de petróleo em 2006.

Só nos primeiros seis meses do ano passado, com o aumento do preço do barril de petróleo, Angola obteve ganhos estimados em 250 milhões de dólares. Por isso com o constante aumento do preço petróleo este ano nos mercados internacionais, o país espera obter lucros ainda superiores.

No domínio do gás, a Sonangol e a ChevronTexaco e parceiros assinaram um acordo para o início da segunda fase de estudos preliminares de engenharia, relativos a produção de gás natural liquefeito, no quadro do projecto Angola LNG, na região do Soyo, província do Zaire.

Neste processo preliminar concorrem como parceiros as companhias petrolíferas BP, ExxonMobil e Total, Oserseas Bechtel Inc, Tchinp U.S.A, consórcio da Kellogg Brown e Root Inc e Jgc.

Durante esta segunda fase de estudos preliminares que terá a duração de 15 meses, a Sonangol e a ChevronTexaco, na qualidade de co-líderes do projecto, vão seleccionar duas das companhias concorrentes, para a construção de uma fábrica de processamento do produto, cuja produção está avaliada em cinco milhões de toneladas por ano.

De acordo com o vice-presidente do Conselho de Administração da Sonangol, Syamga Abílio, desde o início do processo, em 1997, foram já gastos cerca de 290 milhões de dólares, e até a sua conclusão marcada para 2009, prevê-se gastar mais cem milhões dólares.

MWANGOLÉ

Feira Internacional de Luanda Novamente em grande

Feira Internacional de Luanda (FILDA), com 650 expositores, decorreu em Luanda de 12 a 17 de Julho, tendo sido novamente um dos maiores exercícios comerciais dos últimos anos.

Inaugurada pelo Ministro da Indústria, Engº Joaquim David, a edição deste ano que contou com o apoio das firmas KPMG, Unitel e Coca-Cola, reuniu mais de 650 expositores, sendo Portugal o país que teve o maior número de empresas.



Para o director-geral da Expo-Angola, Paulo Costa, a Filda/2005 foi a maior aglomeração de empresários nacionais e estrangeiros, tendo a Alemanha participado com 19 empresas, mais 4 do que na edição anterior. Estiveram também presentes os expositores da África do Sul, Ghana, Botswana, Namíbia, Moçambique, Cote d'Ivoire, Uruguai (estreadante), Brasil, Cuba, Alemanha, Portugal, Espanha e Rússia, bem como representações da Noruega e dos Estados Unidos, através do sector petrolífero.



A participação de empresas nacionais, foi considerável, nomeadamente aquelas ligadas à construção civil, comercialização de materiais de construção e do sector imobiliário, com destaque para a Cimangola, Damazen, Emanha, Icer, Prefal, Angonova, Weteca, T. Angola, Uniprev e Imogeste. Do sector alimentar, as empresas Golfrat Group, Angoalissar, Cabiri, entre outras e ainda a Cuca BGI, Nocal, EKA, Águas Bom Jesus, Refriango e Coca-Cola.

O ramo financeiro teve igualmente uma participação expressiva, com os bancos comerciais BCI, BPC, Novo Banco e Keve, bem como o Universal Câmbios, Banco Nacional de Angola (BNA) e as seguradoras ENSA e AAA. No sector mineiro o destaque foi para a Endiama e suas associadas, enquanto no ramo petrolífero se realçam a Sonangol, Chevron, BP Angola, entre outras.

MWANGOLÉ

INACOM apresenta novo plano de numeração telefónica

O Instituto Nacional de Comunicações (INACOM), anunciou em Luanda que desde 26 de Junho mudaram os números dos telefones da rede fixa.

Os novos números vão passar a ter nove dígitos, com a inclusão dos códigos da rede fixa, da província e do operador, estando a alteração a ser anunciada nos órgãos de comunicação social angolanos. Com a entrada em vigor das novas regras, todos os números telefónicos passam a começar por 2 (código da rede fixa), seguindo-se o código da província em que está instalado o telefone, o código do operador a que o cliente está vinculado e o número de telefone actual.

Segundo Joao Beirão, director do INACOM foi atribuído o código 2 à Angola Telecom, a operadora estatal de telefones fixos, enquanto o código 8 foi atribuído à Nexus, empresa privada que também disponibiliza o serviço de telefonia fixa. Foram ainda atribuídos códigos a outras três operadoras privadas já licenciadas no mercado angolano, sendo o 6 para a Mercury, o 7 para a Mundo Startel e o 9 para a Wezacom.

Relativamente às províncias, os códigos passam a ser os seguintes: Bengo (34), Benguela (72), Bié (48), Cabinda (31), Cunene (65), Huíla (61), Huambo (41), Cuando Cubango (49), Kwanza

Norte (35), Kwanza Sul (36), Luanda (2), Lunda Norte (52), Lunda Sul (53), Malange (51), Moxico (54), Namibe (64), Uíge (33) e Zaire (32). A nova numeração da rede de telefones fixos surge cerca de seis meses depois da alteração nos números dos telefones móveis, que também passaram a incluir nove dígitos. No caso dos telemóveis, os números começam pelo 9, que é o código da rede móvel, seguindo-se o código do operador, 21 (Movitel) ou 23 (Unitel), e o número de telefone. Angola possui já um milhão de utilizadores de telemóveis.

MWANGOLÉ



O "Herói" novamente premiado

O filme "O Herói", a primeira longa metragem realizada em Angola no pós independência, recebeu o grande prémio do júri na competição mundial do Festival Sundance nos Estados Unidos da América.



O filme realizado por Zezé Gamboa e produzido por Fernando Vandrell, constitui uma visão sobre a cidade de Luanda a partir da história de várias pessoas que tentam recomeçar a sua vida num país devastado pelo conflito armado.



O filme inaugurou no final de Março o Festival de Cinema New Directors/New Films, organizado pelo Museu de Arte Moderna de Nova Iorque, EUA.

A película, a primeira longa-metragem inteiramente rodada em Luanda, desde a Independência conta a história de Vitório, um ex-combatente, que tenta recomeçar a vida depois da guerra no país.



"O Herói" recebeu já outras distinções internacionais no Festival de Salónica (Grécia) no Festival dos 3 Continentes em Nantes (França), e nas jornadas cinematográficas de Cartago (Tunísia). O filme que estreou em Novembro de 2004 no centro Cultural de Belém foi exibido pela segunda vez na capital portuguesa nos cinemas King.



O realizador, Zezé Gâmbôa foi técnico de som de muitos filmes nacionais do pós-independência. Manteve, em Portugal e em França, a actividade cinematográfica, tendo realizado dois documentários: Mopiopio, sopro de Angola (1991), premiado nos festivais de Ouagadougou e Milão, e Dissidência (1998), este último seleccionado para os festivais de Cannes, Amiens, Bruxelas e Zurique.

Realizou ainda duas curtas-metragens: O desassossego de Pessoa (1999) e Em Lisboa (2001). Em 2003 voltou finalmente a Luanda onde realizou a longa-metragem "O Herói".

MWANGOLÉ



Mestre Capitão

Revelação da percussão angolana

Por Bela Lemos

A alcunha assenta-lhe: «Mestre Capitão». Competente, irreverente, bombástico. Assim é um dos grandes percussionistas de Angola. Tem participado em importantes eventos culturais dentro e fora de Angola e entre os vários instrumentos que toca sobressaem a marimba, gongue, reco - reco. Acompanha os melhores grupos e músicos nacionais e muitas vezes internacionais. Sempre bem humorado, é um dos músicos mais populares do país.

De nome verdadeiro Ilísio do Capitão Grosso, tem 36 anos de idade. É natural de Luanda e, reside em Portugal há quase dez. Formado em dramaturgia, considera-se um intérprete da vida.

Com objectivo de saber mais sobre esta conceituada figura da nossa cultura, o jornal Mwangolé manteve uma conversa com mais este «rei do semba».

MWANGOLÉ • Fale-nos um pouco do seu percurso artístico?

Capitão • Comecei a minha carreira em 1979, no extinto grupo de pioneiros Ngangula Canta, um grupo da OPA (Organização do Pioneiro Angolano). Depois entrei para o grupo Mulemba Schow e fui indo. Estudei em Cuba e quando voltei continuei no grupo os Diamantes Dance, depois no Experimental Dança, com o qual fiz muitas digressões. Outras oportunidades foram surgindo e não parei mais...

M • Porque é que o chamam de Mestre Capitão?

C • Capitão é meu nome de registo. Quanto ao Mestre é uma história muito engraçada. Quando o Abada Capoeira esteve em Angola a fazer uma digressão, contactaram o Experimental Dança, do qual eu fazia parte, para trabalhar com eles. E num dos espectáculos, o Mestre Camisa do Brasil viu-me a tocar vários instrumentos africanos e ficou admirado. Daí ele passou a chamar-me Mestre Capitão e outras pessoas ouviram e seguiram o exemplo.

M • Quais as principais dificuldades com que se deparou ao longo da sua carreira?

C • Foram tantas... Mas a mais difícil, foi ser aceite como músico. Éramos muito discriminados. Nenhum pai queria ver o seu filho a tocar batuque. Muitos associavam a música à marginalidade.

M • E como ultrapassou esse preconceito, sobretudo por parte dos seus pais?

C • Persistindo. Acredito que já nasci com o ritmo no sangue e então continuei o meu trabalho. Consegui provar a minha família que a música é uma profissão e hoje, eles até vibram, gravam quando me vêem na televisão.

M • Qual foi a fase mais marcante da sua vida artística?

C • Foi quando fiz a abertura do Fenacult. Tinha que começar a tocar antes do Presidente da República começar a discursar e foi uma sensação estranha. Por alguns minutos esqueci o ritmo... Outra vez foi em Adis-Abeba (Etiópia), no Congresso das mulheres africanas, em que também fiz a abertura... Era o mundo inteiro a olhar para mim, foi fantástico.

M • Fale-nos um pouco da sua vinda para Portugal?

C • Estava a frequentar o Ilinga Teatro em Luanda e fui seleccionado para vir fazer o primeiro estágio internacional de actores lusófonos. Terminei o curso em Coimbra com bastante êxito e decidi ficar, porque tinha cá uma vida artística muito activa.

M • Como começou a sua actividade musical em Portugal?

C • Foi graças ao Betinho Feijó. Convidou-me para trabalhar com ele em gravações e daí, foram surgindo outros convites. Comecei também a tocar para o grupo de dança angolano os Kilandukilos, os Jovens do Hungo, a banda Kalema, e a tocar para vários músicos.

M • Tem tido muito trabalho?

C • Sim. Passo a minha vida em estúdios de gravação. Dou aulas de percussão, faço workshops e trabalho para um grande número de músicos africanos de renome. Também trabalho com crianças, a quem dou aulas de teatro ritmado. Mas no inverno as coisas complicam-se, porque não existe assim tanto trabalho.

M • Como é que caracteriza a música angolana em Portugal?

C • Tem muita aceitação. Não só a nossa música, como também a música africana no geral.

Hoje em todo lado em Portugal se escuta Kizombas, sembas, zouks, e por aí a fora. Estamos todos nós músicos africanos de parabéns, porque estamos a trabalhar.

M • Que significado tem para si o semba?

C • É a nossa raiz. É vida, para mim que toco essencialmente este ritmo, é tudo...

M • Quais os músicos angolanos que mais admira?

C • Em particular, sou fã de grandes guitarrista, como o Betinho Feijó, Zé Mueleputo. Quanto a cantores admiro o Helgin, o kota Bonga, o Flipe Mukenga e adoro o Mestre Galeano, o percussionista.

M • Conte-nos um pouco da sua vida pessoal?

C • Sou separado, tenho uma filha de um ano e seis meses, que é a Maria Capitucha. É a razão da minha vida, é a minha inspiração, é tudo...

M • O que acha da iniciativa que leva ao surgimento do Jornal Mwangolé?

C • Brilhante. Deveria é ser feita a mais tempo. Mais antes tarde do que nunca, espero é venha para ficar, visto que faz falta a comunidade.

MWANGOLÉ



Trienal de Arte e Cultura Contemporânea de Luanda

A primeira Trienal de Arte e Cultura Contemporânea de Luanda deverá ocorrer nos meses de Março, Abril e Maio de 2006, estando a decorrer já em Luanda realizações culturais que nela se enquadram.

A exposição AC _ Angola Combatente, insere-se no processo de criação da Trienal, propondo mecanismos de sustentação para a formulação e produção de instrumentos culturais que permitam aos artistas autonomia social, económica e cultural, a fim de participarem profundamente na reflexão e elaboração dos parâmetros que determinarão os contornos culturais e políticos da Nação. Assim foi inaugurada no final de Junho a mostra AC _ Angola Combatente, na Galeria SOSO, no Hotel Globo em Luanda.

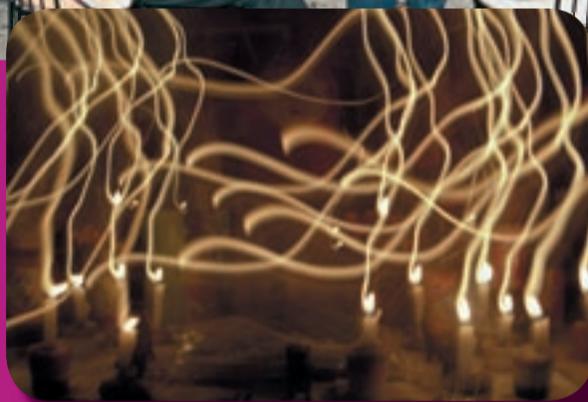
Esta exposição, projecto do grupo de artistas NACIONALISTAS, com: Angel Ihosvanny, Kiluanji Kia Henda, Lino Damiano, Marcela Marco, Marco Kabenda, Paulo Kapela, Thó Simões e Yonamine, aberta ao público das 14h às 18h de segunda à sexta, é uma reflexão estética sobre experiências pessoais, representação de momentos, tempos e vivências do Angolano Combatente.

Com frequência aleatória e estrutura variável, os NACIONALISTAS têm produzido desde 1999, de forma independente e autónoma, uma série de experiências estéti-



2005 • 2006

SOSO arte contemporânea
 AC Angola Combatente ... um projecto dos NACIONALISTAS
 Angel Ihosvanny | Kiluanji Kia Henda | Lino Damiano | Marcela Marco
 Marco Kabenda | Paulo Kapela | Thó Simões | Yonamine



www.trienal-de-luanda.net

tl@trienal-de-luanda.net

cas, abrangendo diversas áreas e formas artísticas.

AC_Angola Combatente enquadra-se no interesse da Galeria SOSO e do TACCA (Produtor executivo da Trienal de Luanda) em proporcionar, a uma nova geração de artistas plásticos, meios de produção para a experimentação visual.

O que será a Trienal de Cultura de Luanda?

A Primeira Trienal de Arte e Cultura Contemporânea de Luanda é uma plataforma cultural que pretende criar um laboratório que permita observar e analisar as mutações estéticas emocionais da sociedade participando no progresso da condição humana, integrando-se nos territórios de arte e cultura contemporânea africana. A cultura como registo da vida.

A cidade de Luanda como observatório cultural permite a leitura poética da nossa cultura contemporânea consequência do imaginário contextual de Angola. Este projecto de cartografia emocional da nação culturalmente utópica é inspirado pela história contemporânea angolana e pelas suas recentes mutações. O processo de criação da Trienal propõe mecanismos de sustentação para a formulação e produção de instrumentos culturais que permitam aos artistas autonomia social, económica e cultural a fim de participarem profundamente na reflexão e elaboração dos parâmetros que determinarão os contornos culturais e políticos da Nação.

A Trienal é um projecto culturalmente emocional num processo de nação de novo tipo, radicalmente humanista. A perspectiva poética de uma nação culturalmente elástica e abrangente.

MWANGOLÉ



Nova Era

Na presença de distintas personalidades e de representantes das associações dos PALOP e de associações dos países do Leste, o Hotel Sana Malhoa em Lisboa, foi a meio do mês de Julho, palco da tomada de posse da nova direcção da Federação das Associações Angolanas em Portugal (FAAP). Esta federação de imigrantes registada oficialmente em Portugal, desde 1998, tem os seus estatutos reconhecidos pelo Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).

A nova direcção eleita a 28 de Maio, solicitou o apoio do Consulado de Angola em Portugal, que prontamente quis contribuir para o ressurgimento da Federação. Na visão da Cônsul de Angola em Portugal Elizabeth Simbrão, sendo a comunidade angolana a quarta maior comunidade de imigrantes de Portugal é importante que possua mecanismos de defesa e promoção da sua inserção social. «O espírito associativista que se vai arreigando em nós, faz o elo com as nossas raízes e tradições» referiu. Também Eduarda Ferronha, presidente da Assembleia da FAAP, realçou o importante papel do Clube Marítimo Africano na fundação da Federação, na pessoa do nacionalista Mário Van Dunem.

«Aglutinem, impulsionem, exortem toda a diáspora, para os objectivos que levaram à criação desta federação, reflectir em conjunto, trabalhar em conjunto»

No discurso de encerramento, o embaixador angolano em Portugal, Assunção dos Anjos felicitou a nova direcção da FAAP, sublinhando que «a federação tem que ser uma realidade». Debate, análise, reflexão em comum, conhecimento uns dos outros e o respeito pela diferença de opiniões devem ser prática na FAAP, disse. Assunção dos Anjos fez notar os importantes factos que se vivem em Angola, onde, finda a guerra, se dá o momento dos angolanos reaprenderem a conviver e trabalhar pelo país. À nova direcção da FAAP, fez um apelo, «aglutinem, impulsionem, exortem toda a diáspora, para os objectivos que levaram à criação desta federação, reflectir em conjunto, trabalhar em conjunto para que todos angolanos possam ter direito a uma vida consentânea com a capacidade do grande país que é Angola».



Não ao associativismo em part-time

Entrevista de Dias dos Santos



A afirmação pertence ao novo presidente da Federação das Associações Angolanas em Portugal. São imensas as responsabilidades assumidas, desde o acompanhamento do complexo processo de legalização, ao atendimento dos mais díspares problemas com que os imigrantes angolanos se debatem, no seu quotidiano. O Jornal Mwangolé conversou com Esteves Paulo, que vai coordenar o trabalho das 32 associações já registadas em Portugal. A entrevista a seguir espelha o espírito renovador que o anima.

MWANGOLÉ • Como presidente da Federação das Associações Angolanas em Portugal, que projectos tem em vista para dar outro ânimo ao movimento associativo, no seio da comunidade migrante?

Esteves Paulo • A lista de que fiz parte foi vencedora, fruto de várias circunstâncias. Como sabe muitos angolanos que imigraram para Portugal, criaram associações, que se encontram espalhadas em várias localidades. A Federação nunca teve o funcionamento desejado por todos. E portanto, a necessidade de reactivá-la fez com que em Fevereiro deste ano, com o apoio implícito do Consulado Geral de Angola, eu fosse convidado a integrar uma

Comissão para esse efeito. Ao fim de quatro meses, presidi uma lista composta por angolanos de várias sensibilidades políticas e religiosas, e vencemos. O nosso projecto não pretende absorver o papel das associações em si. Pelo contrário. Queremos é incentivá-las a trabalharem mais para a comunidade, na base do respeito da sua independência, fazendo com que haja uma ponte entre as instituições nacionais do país de acolhimento, com as do país de origem.

M • As associações nem sempre têm impacto junto dos destinatários. Os imigrantes muitas vezes trabalham de forma absorvente, o que pensa fazer para mobilizá-los? O quê que a FAAP pode fazer por eles?

EP • Temos o exemplo das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo. Nos Estados Unidos chegam a fechar cidades nos dias de Portugal. O membro de uma associação deve participar nela pelo menos aos fins de semana. Um espaço recreativo onde a comunidade se possa encontrar é fundamental. As autarquias onde as associações estão sediadas, não ajudam muito nisso. Há que sensibilizar as Câmaras Municipais o convívio entre a comunidade ajuda a resolver situações.

Realmente, os angolanos não abraçam muito o associativismo, recorrem às associações quando têm problemas, esquecendo-se que é necessário cum-

prir com o dever cívico, de pagar as quotas e outras obrigações. As associações vivem de parques recintos que lhes são colocados à disposição. Em relação à legalização, temos de saber junto do SEF se os que têm documentos caducados há vários anos, são considerados ilegais ou não? E os processos pendentes, desde 1995, o que fazer deles? Veja-se o exemplo de Espanha, onde se resolveu o problema em menos de um mês. Portanto, Portugal não pode continuar a fechar os olhos a este problema, é preferível legalizar do que manter a ilegalidade, com as consequências que todos conhecemos...

M • Como vê a inserção da comunidade africana em Portugal?

EP • A comunidade africana aqui não tem o apoio que merecia. É uma comunidade que vive isolada; não é incentivada a realizar projectos válidos. Nós nunca vimos da parte das autoridades portuguesas um acompanhamento de perto das actividades das associações. Já se fizeram vários pedidos para que determinados projectos fossem acompanhados e não foram. Temos exemplos: o presidente da República aceitou um convite para assistir à missa dos ortodoxos dos países do Leste. Não o vi a participar em idênticas cerimónias, por iniciativa da comunidade africana, apesar de ter sido convidado. São gestos desses que dão provas e incentivos à integração, que todos desejamos.

Portugal tem que ir atrás das melhores ideias, dos melhores projectos. Não pode continuar a actuar a retalho, quando se trata da resolução de problemas. Tem de atacar o problema, a fundo. E o próprio Presidente Jorge Sampaio, voltou a dizê-lo.

M • Tem ideia de quantos angolanos terão entrada nos últimos cinco a dez anos em Portugal?

EP • Tenho a impressão que o número dos ilegais é superior ao dos legalizados. Segundo os últimos dados a que tivemos acesso a partir do ACIME este número andarà por volta dos 40 mil angolanos legalizados. Mas isso é muito relativo, porque o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras não está devidamente informatizado. Há angolanos que fizeram a legalização numa primeira fase, e que depois de caducados os seus documentos por várias razões e não puderam mais renová-los. É necessário uma triagem para sabermos se essas pessoas são consideradas legais ou não. À partida beneficiaram do processo iniciado pelos governos de Cavaco Silva e António Guterres voltando depois à situação de ilegalidade. Para analisar tudo isso, temos agendas reuniões com várias entidades, entre elas, o SEF.

M • Os apoios que recebem do ACIME são consideráveis?

EP • Sobre o apoio do ACIME, não queria entrar em pormenores, porque é bastante complicado. É uma instituição que enferma de muitos vícios e não quero adiantar mais nada. Os atrasos na disponibilização dos apoios financeiros são alarmantes. Embora a lei seja bastante clara, 60% das verbas para projectos têm de ser entregues, antes da sua realização, e outra parte 30 dias após, porém há grandes atrasos nos pagamentos. Uma das questões que vamos debater junto do Alto Comissariado, é a dinamização do movimento

associativo, porque o associativismo não pode ser desenvolvido em part-time. Requer investimento. Os problemas dos imigrantes começam pelas dívidas resultantes do crédito à habitação, automóvel, etc. Há dezenas e dezenas de processos de penhora, de despejos, que têm que ser resolvidos. E isso é um trabalho que requer a intervenção das associações que devem ter condições de auxiliar as pessoas com aflições desta natureza... É incompreensível, por exemplo, que um cidadão pelo facto de não ser legal não tenha direito aos serviços de saúde. Há Juntas de Freguesia que nem sequer passam um atestado de pobreza, a um imigrante, na situação de ilegalidade. Isso não dá o estatuto de cidadão legal, só resolve um problema pontual.

Estou há 15 anos em Portugal, vivo na mesma zona há 10 anos. Tenho autorização de residência, casa comprada, pago impostos. A correspondência é emitida para o meu endereço, mas todos os anos tenho que tratar um Atestado de Residência, para poder matricular os meus filhos, tenho de incomodar os meus vizinhos, para atestarem a minha residência, para que a Junta de Freguesia possa emitir uma declaração. Nem a declaração de compra de casa serve de comprovativo. É desmotivante.

M • Como sair desta situação?

EP • Muitas batalhas foram vencidas. Dantes os angolanos pagavam cerca de 200 euros por uma Autorização de Residência, hoje por questões de reciprocidade, não pagamos. Julgo que o Estado angolano tem trabalhado nesse sentido, mas gostaríamos que fizesse mais. Enquanto não tivermos a nossa situação bem definida como os caboverdianos, - reciprocidade nas eleições autárquicas -, nós os angolanos não teremos direito a voto. Enquanto o nosso voto não pesar, as instituições locais estarão menos preocupadas conosco.

Há cidadãos que estão aqui há mais de 20 anos, pagam os seus impostos, têm a sua situação regularizada e deviam ter direito a voto. Não se pode compreender que aos ucranianos seja conferido esse direito e a nós não. Não há muitos portugueses na Ucrânia. Então porquê essa reciprocidade? Queremos trabalhar junto do estado angolano para se criarem condições e podermos beneficiar desta realidade. Doutra forma, a nossa situação vai continuar a ser dificultada pela informalidade.

M • Tem elementos sobre as condições de apoio ao regresso dos muitos imigrantes que pretendem regressar ao país?

EP • Há muitos angolanos a querer regressar a Angola. Uma das prioridades nossas, será a criação de um Gabinete de quadros. Mas repare: para nós os quadros não são apenas os licenciados. O quadro é todo angolano que pela sua experiência profissional em qualquer domínio de actividade, seja construção civil, indústria, comércio se apresente apto para o trabalho. Temos ideias quanto ao assunto que vamos complementar com o plano do Governo de Angola.



«Já começamos a agir, porque estamos a ser observados»

Fernando Alexandre

Através de Fernando Alexandre, presidente da Associação África Renascer e vogal na nova direcção da Federação das Associações Angolanas, ficamos a saber que a Federação criada em 1998, nunca apresentou nenhum relatório de opinião, não chegou sequer a funcionar. Segundo nos explica, as associações haviam-se apercebido que muitos dos projectos que apresentavam chocavam uns com os outros, eram semelhantes, eram feitos pedidos de apoios para «projectos duplicados, e muitos pedidos voltavam para traz».

A necessidade de coordenação das actividades das associações manteve-se «O facto das pessoas exercerem muitas actividades ao mesmo tempo foi o que pesou para que isso acontecesse», afirma o presidente da África Renascer. Entretanto, como nos explica, pós as eleições 2002, em Portugal, só as associações reconhecidas podiam apresentar projectos preferencialmente em áreas onde houvesse muitos imigrantes e com necessidades específicas, além disso era preciso um representante de cada país no COCAI (Conselho Consultivo das Comunidades Imigrantes). Devido às exigências feitas pelo Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, as associações angolanas chegaram a conclusão que se mantinha a falta de um órgão que coordenasse as suas actividades num todo. «Quando subemos que se estava a preparar outra Federação, achamos que devíamos aproveitar o que já existia da anterior, a tal criada em 1998, daí a ideia de se constituir apenas uma nova direcção».

Fernando Alexandre crê que a nova direcção vai de facto funcionar «nós já começamos a agir, mesmo porque a lista B, aqueles que não venceram estas eleições estão agora de plantão, estão a observar-nos, a espera para ver o que vamos fazer».

MWANGOLÉ

Sagrada Esperança campeão da 1ª volta, mas...

Terminado a primeira volta do Girabola-2005, tido como dos mais renhidos dos últimos tempos, ainda pairam dúvidas sobre quem recairá a "sorte" da consagração do título da presente temporada futebolística nacional.

É que na primeira jornada do segundo turno da prova, o Sagrada Esperança da Lunda-Norte (campeã da primeira volta), equipa comandada pelo ex-técnico nacional dos "Palanca Negras", Mário Calado, perdera a liderança para o Benfica de Luanda, com alguma surpresa à mistura.

À entrada da segunda volta, o Benfica de Luanda surpreendentemente assumia a liderança isolada do Campeonato Nacional de Futebol da I Divisão, Girabola-2005, depois de derrotar, no Municipal de Benguela, a Académica do Lobito, por 2-0, deixando assim os lobitangas, mergulhados em problemas internos. Na jornada inaugural da primeira volta, destaque para o "ressurgimento" do tri-campeão ASA, que superou (2-0) o outro candidato, Petro de Luanda, a



A Miss Angola 2005, Zenilde Josias esteve em Évora onde desfilou ao lado de importantes figuras da moda portuguesa na apresentação da colecção de estilistas angolanas. O espectáculo da gala internacional Évora 2005 pode assim contar com a figura deslumbrante de Zenilde, que depois do grupo de dança Batoto Yetu fechou o evento, com uma passagem de roupa tradicional angolana, conforme ilustra a fotografia.



Paulo de Jesus, em Luanda

fazer, outra vez, uma prova, apesar de tudo, decepcionante.

A equipa do aeroporto, às ordens do português Bernardino Pedroto, deixou assim um grande recado à concorrência, prevendo uma acesa disputa pelo título até ao fim, tanto mais que equipas como Petro de Luanda, 1º de Agosto e Inter de Luanda, reforçados por muitos estrangeiros (sobretudo por brasileiros e atletas dos vizinhos Congos) podem, porém, ressurgir nessa etapa final do campeonato, complicando a vida ao ASA e ao Sagrada Esperança. De notar também na primeira jornada da segunda volta o desempenho do Petro do Huambo, uma das equipas irregulares na primeira volta, que explorou o factor casa para superar o Atlético do Namibe, por 2-0, desfecho que faz acalantar esperanças da saída da preta por despromoção, ao contrário da equipa do Namibe, que curiosamente, além da má estreia do novo nome e patrocinador, fica à mercê dos perigos do regresso a divisão inferior da prova.

Dispostos em garantir a manutenção no Girabola, o Desportivo da Huíla travou a regularidade pontual do Inter de Luanda, vencendo o confronto por 2-1, um



triunfo que permite perspectivar melhores dias na competição, ao passo que a derrota estorva as contas aos polícias da capital, detentores simplesmente do mais moderno estádio de futebol construído depois da independência do país.

Por sua vez, o confronto entre os Sporting de Cabinda e do Bié ficou igualado a zero golos, ponto que aos cabindas dá algum conforto na zona intermédia da classificação, contrariamente aos bienes, "lanterna vermelha", que, apesar de conseguirem condições para a perma-

nência em prova – pois razões por dificuldades financeiras ameaçaram abandonar o Girabola, ainda apresentam ar de intranquilidade.

Na abertura da segunda volta, o Progresso do Sambizanga e 1º de Maio de Benguela, única equipa, sem ser de Luanda, que já venceu um Girabola, empataram 0-0.

"Vamos lutar pelo título até ao fim"

No balanço da primeira volta, a nossa reportagem entrevistou o treinador Mário Calado, para quem, os segredos do Sagrada Esperança foram a mudança de Comportamento «Houve maior ambição e a partir daí seleccionaram as melhores pessoas para dirigir. Quanto ao tratar-se de uma equipa do interior, Calado afirmou «as equipas do interior têm maiores gastos em relação as equipas da capital, pelo facto das deslocações serem muito onerosas o que pesa nos seus orçamentos. Conseguimos um certo suporte, sobretudo em termos de infra-estruturas, o grupo cresceu muito e acreditamos que poderíamos lutar de igual

para igual com qualquer equipa, já somos uma equipa de referência no futebol angolano» Apesar de reconhecer as dificuldades da 2ª volta, o treinador afirma «sabemos que as equipas com poderio económico, normalmente sobrepõem às demais. Independentemente da qualidade do seu trabalho e do potencial humano que essas mesmas equipas têm, passamos por isso no ano passado, foi uma lição, mas cremos que o Sagrada Esperança, tal como as outras, vai assumir-se como candidato ao título».

MWANGOLÉ



Na foto, três das ilustres representantes da moda angolana. Lucrecia Moreira, Elisabeth Santos e Yana Van-Dúnem, que de forma condigna souberam mostrar o que é possível fazer para que a alta costura angolana mereça os melhores elogios. Afinal de contas, para gáudio dos espectadores, a qualidade e o requinte ficou bem patente neste Évora 2005. Parabéns às nossas estilistas!

MWANGOLÉ

Afrobasket 2005

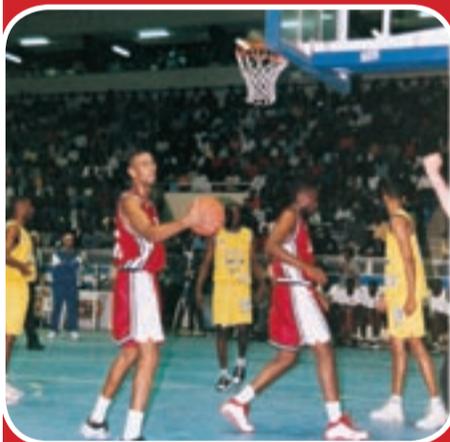
Angola procura oitavo título em Argel

Angola, hepta campeã africana de basquetebol sénior masculino, está num grupo de campeões (com excepção feita a África do Sul) – Egipto, República Centro-Africana, Marrocos e Senegal, segundo o sorteio da 23ª edição, em Argel, capital da Argélia.

Paulo de Jesus, em Luanda

A competição, que terá lugar de 15 a 24 de Agosto, nas cidades de Boufarik e Argel, vai apurar os três primeiros classificados para o campeonato mundial de 2006, no Japão. Neste momento, o grupo de trabalho da pré-selecção nacional cresceu depois da integração de Carlos Almeida e Ângelo Vitoriano.

Apesar dos fortes opositores que terá, experts acreditam que o sorteio do Afrobasket-2005 ditou um emparelhamento favorável à selecção de Angola, que vai defender o título continental e tentar o seu oitavo troféu africano em basquetebol sénior masculino.



De acordo com o sorteio realizado em Argel, os angolanos defrontam os seus potenciais adversários (Egipto e Senegal) em jornadas intercaladas; contra o Senegal será na segunda ronda e o Egipto na quarta. Tendo em conta que a estreia será com a mais frágil selecção do Grupo B, a África do Sul, os hepta-campeões de África poderão apresentar-se em boa forma físico-atlética na segunda ronda, diante do único conjunto que interrompeu o ciclo de vitórias de Angola no Afrobasket, iniciado em 1989.

Para o jogo contra o Egipto, os comandos de Mário Palma enfrentarão um adversário provavelmente desgastado, já que na ronda anterior os egípcios jogam com o outro candidato ao apuramento, o Senegal.

A quinta e última partida de Angola desta fase, que apura os dois primeiros para as meias-finais será diante do Marrocos.

Em termos de apoios, é grande a mobilização no seio da classe empresarial angolana em Angola. Espera-se também que uma claue angolana se desloque, a propósito, para as terras daquele país árabe.

Futebol ● Angola próxima do Mundial, CAN já na gaveta

Texto e fotos de Paulo de Jesus, enviado a Nigéria

O empate (1-1) de Angola, em Kano, diante da forte selecção Nigériana, deixou os Palancas Negras dependentes de si para lograr o feito inédito de se apurar a fase final de um Campeonato Mundial de Futebol.



Com duas vitórias e a (seis pontos) da qualificação ao Mundial da Alemanha, em 2006, Angola constitui a grande revelação da competição, muitos dos habituais papões têm os seus lugares, até então quase cativos, tremidos. Depois da cautela inicial, os angolanos acreditam na ida da sua selecção a Alemanha, embora apelem ainda a cautela e alguma serenidade, porque em África tudo é possível, isso em termos das suspeitosas arbitragens. E a experiência vivida por Angola num passado próximo, espelha isso. Outros, mais confiantes, pensam o contrário,

crêem que a mentalidade evoluiu, ou melhor mudou, sobretudo devido a fiscalização e acompanhamento das arbitragens feita pela própria FIFA. E apontam a excelente e isenta arbitragem sul-africana na partida contra as conhecidas Super-Águias, facto que terá agradado os angolanos, agastados com jogos de bastidores, vergonhosos, nos últimos anos.

Ainda sobre o jogo de Kano, destaque para o apoio da claue de 150 pessoas, que partiu de Luanda, organizada pelo Movimento Nacional Espontâneo, e que integrou três grupos de animação, desig-

nadamente o Kujila Maka, Xinguilamento e Semba Muxima. O objectivo (transmitir calor a selecção, em nome de todos os angolanos, para não perder na Nigéria) foi cumprido, dizem os responsáveis da claue, também patrocinadores da ida de um punhado de jornalistas, nos quais se incluiu o enviado do Mwangolé.



Enquanto isso, numa altura em que o seleccionador Oliveira Gonçalves prepara os próximos compromissos dos "palancas negras", respectivamente do Gabão e Rwanda, em Setembro e Outubro, o empate com sabor a vitória de Angola começou já a fazer estragos: Christian Chwkwu foi afastado do cargo de treinador, substituído por Augustine Eguavoen. O novo treinador representou o seu país no mundial de 1994, nos EUA, ao lado de Okocha, Kanu e Yekini e orientou já o Bendel Insurance da Liga nigeriana, assim como granjeia grande prestígio no seio dos jogadores da selecção, ao contrário de Chwkwu, a quem os atletas acusam de ter perdido o controlo do conjunto. Neste momento, Angola lidera o grupo - D com 15 pontos, os mesmos que a Nigéria em segundo. O Zimbabwe vem a seguir (12), Gabão (09), Argélia (07) e Rwanda (05).

A próxima jornada terá lugar a 2 de Setembro em Luanda frente ao Gabão e a última a 7 de Outubro no Rwanda.

MWANGOLÉ

Selecção de Angola de basquetebol vence a Jordânia em Évora

No âmbito de um estágio pré competitivo que a selecção de Angola efectuou em Portugal, realizaram-se dois jogos frente a selecção da Jordânia no Pavilhão dos Salesianos em Évora, tendo a equipa angolana vencido no primeiro jogo por 58-50 pontos e no segundo por 79-39.

A comunidade angolana quis brindar a nossa selecção com o calor da terra numa comitiva chefiada pelo Embaixador de Angola em Portugal, Assunção dos Anjos, acompanhado do Vice-Ministro do Turismo e Hotelaria, Paulino Baptista, que assim assistiram ao encontro vencido por quarenta pontos. Neste encontro, em que esteve também presente o presidente da Câmara de Évora, José Ernesto Oliveira, foi possível ver Angola muito melhor do que no jogo realizado na véspera.

MWANGOLÉ

No certame, estiveram presentes a convite do Presidente da Câmara o Embaixador angolano e o Vice-Ministro do Turismo e Hotelaria.



Assunção dos Anjos com o presidente da Câmara de Évora, José Ernesto Oliveira,



Angêlo Cambundo

Do Mambôa ao sucesso em Portugal



Foi aluno de vários dos professores de José Mourinho, actual treinador do Chelsea de Inglaterra de quem se diz admirador. Ex-jogador do Mambôa é bacharel em ciências agrárias e esteve entre os mais brilhantes na formação do top da UEFA em Portugal.

Como treinador adjunto participou na glória de clubes como o Sintrense e o Odivelas Futebol Clube.

É licenciado em Educação Física, o que lhe permite leccionar numa escola pública portuguesa.

Este é o angolano Angêlo Garcia Manuel Cambundo, que sonha regressar um dia ao país e ajudar o futebol a crescer.

MWANGOLÉ • Em que ano vieste para Portugal e como?

Angêlo Cambundo • Em 1999, tinha terminado o 3º ano da faculdade de Ciências Agrárias no Huambo, mas o amor ao futebol falou mais alto e, um bocado à aventura, cá encontrei um velho amigo o SAVEDRA, ele estava no Belenenses, fiquei lá à experiência.

M • A adaptação foi difícil?

AC • No Mambôa eu já tinha um regime semi-profissional, o clube estava bem estruturado com pessoas como João Lara, José Lima, Serra Van Dunem, José Maria Dumbo. Aqui estive no Futebol Clube do Mar, no Silves do Algarve e em 1994/95 iniciei-me como treinador adjunto do União Sintrense, o presidente do clube achou que eu tinha qua-

lidades para liderança, e que poderia auxiliar o treinador também jovem, o moçambicano Daúto Faquirá. Em 1997 foi-me proposto frequentar o 1º nível da UEFA e a partir daí comecei a encarar mais a sério a ideia de ser treinador.

No ano seguinte a Federação Portuguesa seleccionou os melhores alunos para fazerem o 2º nível, o que coincide com a subida do Sintrense da 3ª para a 2ª divisão B, em 1998/99 eu e Daúto fomos convidados para treinar o Odivelas F.C. que tinha descido aos escalões mais baixos, conseguimos trazê-lo da Distrital para a 3ª e depois para a 2ª divisão B., foi um sucesso que me motivou ainda mais. Em 2000, o Daúto foi para o Barreirense e, aconselhado por ele decidi fazer o curso de educação física.



M • E as equivalências?

AC • Consegui equivalência para as cadeiras de informática e bio-química, matriculei-me no 1º ano do curso da Universidade Lusófona, mas devido as exigências dos estudos não estive ligado ao futebol profissional, tendo no entanto sido convidado pelo professor Fonte Santa a colaborar no Sport Lisboa e Benfica como treinador. Também tenho o curso de um ano na área de formação de formadores.

M • Valeu a pena a dedicação ao estudo?

AC • Fiz tudo em avaliação contínua sem nunca ter ido a um exame de segunda época. Em 2004, dos 150 finalistas do curso da lusófona, eu apareço nos primeiros 30, esses têm o direito de escolher a escola onde querem estagiar e eu já tinha apresentado a minha monografia, escolhi uma escola pública que me fica a 5 minutos de casa é um agrupamento de escolas que vai do 1º ciclo ao 3º, dou aulas a duas turmas, uma do 1º ano e outra do 9º. Este estágio termina no final de Julho, altura em que vou receber o diploma.

M • Mantiveste a ligação com o futebol?

AC • Em 2004 voltei ao Sintrense, e no departamento de formação dirigi a equipa de iniciados, e também dirigi uma equipa universitária da 1ª divisão, da faculdade de medicina. Foi então que surgiu a oportunidade de me candidatar ao curso do 3º nível da UEFA. Foi o terceiro curso de treinadores do 3º nível com as insígnias da UEFA, e o primeiro em Portugal, fui o único angolano e fiquei entre os cinco melhores.

M • Como foi a participação no quarto nível?

AC • Porque fui um dos cinco melhores no curso anterior, e por ser o único angolano, a Federação Portuguesa na pessoa do vice-presidente Sr. Carlos Silva e o director pedagógico Rui Caçador seleccionaram-me para frequentar o quarto nível que é o top a nível da Europa em termos de formação de treinadores. Este curso foi revalidado com a vinda de um inglês que veio da Fifa para o homologar. Conto estar novamente entre os melhores. No acto de encerramento os meus colegas ofereceram-me uma taça, considerando-me um treinador com muito rigor e voz de comando, chamavam-me o treinador sargento, tipo Felipão.

M • Onde decorreu o curso e por quanto tempo?

AC • No Centro de Formação desportiva do Rio Maior, ficamos em regime de internamento lá durante um mês, portanto foi uma formação intensiva.

M • Juntar estudo e trabalho foi sempre possível?

AC • Neste primeiro ano como professor estou a terminar o meu trabalho de estágio e, começo agora virar-me mais para a actividade de treinador. Vejo Angola no horizonte pois a vida de treinador de futebol é um desafio e estou disponível agora para abraçar o futebol de alto rendimento. Acabei no mês passado o meu contrato com o Sintrense, estou a estudar propostas. O investimento que fiz a nível da formação foi significativo. Claro que Angola aparece como uma primeira opção, mas depois terá haver com as condições reais que me aparecerem. Pretendo de forma muito patriótica transmitir o que aprendi e lá sentir-me-ei mais à vontade porque é a minha terra, a minha gente e ambiciono muito um projecto no qual possa demonstrar as minhas competências.

M • As possibilidades de entrar no mundo do futebol são cada vez mais restritas?

Acho que a vinda de africanos para o futebol português está mais difícil depois da legislação que a Europa adoptou a nível das competições nas Ligas Profissionais, o número de estran-

geiros que podem jogar por equipa e por jogo, condiciona muito o desenvolvimento e progresso dos africanos. Para que haja igualdade de circunstâncias os africanos têm que melhorar muito a sua qualidade táctica. Geralmente têm muito talento técnico mas a formação táctica enquanto praticante é um bocado deficiente, a orientação e formação desportiva dos europeus está muito bem direccionada.



Em 2002 a convite do Petro fui fazer uma acção de formação em Luanda e tenho outra prevista para Setembro, a convite do Inter Clube que é uma formação para os técnicos que lidam com jovens, porque somos bem dotados fisicamente e a nível técnico, faltamos a cultura táctica do jogador que tem que começar desde muito cedo.

M • Estás então preparado para uma nova fase?

AC • Penso que reuni as condições para ir para qualquer parte do mundo como treinador e

“Logo que cesse o meu contrato com a escola Pública Portuguesa estarei disponível para qualquer clube em Portugal de alto rendimento e para a formação desportiva em Angola com a Federação ou com os clubes, desde que sejam projectos ambiciosos que me criem desafios e com vantagens mutuas”

fazê-lo com saber, com competência, porque sobretudo quando não temos habilitações para dirigir treinos, as vezes parece-nos que sabemos tudo e não sabemos, há que reunir primeiro os conhecimentos, as metodologias exactas e depois aplicá-las de forma a não enganar ninguém, nem criar expectativas irrealistas.

A minha vida sempre foi o futebol e em Portugal só joguei a nível da segunda divisão, mas tudo que tenho, os bens que consegui com algum sacrifício, inclusive a minha licenciatura e os cursos que fiz devo-o ao futebol. Hoje sinto que as pessoas olham para mim reconhecendo que estudei, investi só me falta ir para o terreno e contribuir para o desenvolvimento de Angola junto dos que lá estão.

O curso superior dá-me à vontade não só para leccionar educação física a crianças e jovens mas também para desenvolver com grande suporte técnico e científico a minha actividade como treinador de futebol.

O departamento de formação da Federação Portuguesa de Futebol já enviou para a Federação Angolana um dossier que faz constar a minha conduta, os resultados, entre os melhores, para que as autoridades angolanas possam saber que aqui está um jovem treinador de 40 anos que jogou na 2ª divisão de Portugal, que se dedicou ao estudo e participou de forma muito activa no desenvolvimento de jovens jogadores portugueses no Sport Clube Benfica, no Sintrense e no futebol universitário. Logo que cesse o meu contrato com a escola Pública Portuguesa estarei disponível para qualquer clube em Portugal de alto rendimento e para a formação desportiva em Angola com a Federação ou com os clubes desde que sejam projectos ambiciosos que me criem desafios e com vantagens mutuas.

Tenho a minha família em Angola e os meus filhos em Portugal mas a vida de treinador é esta, estou aberto a propostas. Quero agradecer a oportunidade ao Jornal Mwangolé, só preciso agora que me dêem o benefício da dúvida e apostem em mim.



Para recuperação económica Presidente procura financiamentos em Israel

Na sua primeira visita de Estado a Israel, o Presidente José Eduardo dos Santos sublinhou que Angola necessita de financiamentos externos para a realização de projectos ligados à recuperação das infra-estruturas destruídas pela guerra.

"Precisamos de encontrar parceiros empenhados em associar-se a nós, no aproveitamento e valorização das nossas riquezas, com vista a assegurar o progresso e o bem-estar do nosso povo", disse, durante um encontro com o seu homólogo Moshe Katsav,

No decorrer da visita de 48 horas foram assinados três acordos de cooperação entre Angola e Israel, nos domínios da agricultura, saúde e comércio, rubricados pelos respectivos chefes da diplomacia.

Antes de Israel, o Chefe de Estado angolano esteve, em Sirte, Líbia, onde participou de 4 a 5 de Julho da V Cimeira da União Africana (UA), durante a qual Angola assumiu a coordenação da célula da Conferência do Comité dos Serviços de Inteligência e de Segurança (CISSA) junto do gabinete do presidente da Comissão da UA.

A Cimeira teve como principais pontos da agenda o processo de reformas das Nações Unidas, baseado no relatório elaborado pelo Comité Executivo da UA, os objectivos do milénio, principalmente a situação da criança, a posição comum de África, e a questão das contribuições dos Estados membros.

De referir que, à margem da Cimeira, o presidente da República recebeu na residência em que esteve hospedado, em Sirte, os seus colegas líbio, togolês, centro-africano, moçambicano e da Guiné-Bissau

No complexo Ouagadougou, onde decorreu a Cimeira, Eduardo dos Santos participou numa mini-cimeira com os seus homólogos do Congo Brazaville e do Gabão, respectivamente, Denis Sassou Nguesso e Omar Bongo.

MWANGOLÉ

Embaixador em Portugal recebe líderes de partidos políticos

O Embaixador angolano em Portugal, Assunção dos Anjos, recebeu em audiência os representantes da UNITA e FNLA em Portugal, respectivamente Anastácio Sicato e Jaime de Araújo, com os quais trocou impressões sobre o panorama político de Angola. Na ocasião, o diplomata angolano disse ser a embaixada casa de todos os angolanos, devendo todos aqueles que estão na diáspora ter a mesma bandeira política, que são os supremos interesses da República de Angola.



O que nos orgulha é que estamos independentes, ao mesmo tempo que garantimos a democracia através das eleições e caminhamos seguramente para o desenvolvimento económico", sublinhou.

Segundo o chefe da missão diplomática angolana em terras lusas, um país tão destruído, como Angola, não pode ver os seus múltiplos problemas resolvidos em apenas três anos, como se estivesse a utilizar um condão de uma varinha mágica.

Assunção dos Anjos disse acreditar que todos os angolanos encontrarão forcas suficientes para ajudar a promover a reconciliação e a reconstrução do país. Informou por outro lado, que as instituições do Governo estão a fazer tudo para garantir, com a maior transparência, a gestão das finanças públicas, e melhorar os mecanismos para que a boa governação seja um facto.

Em relação a liberdade de imprensa, o embaixador foi peremptório em afirmar que uma das maiores conquistas da democracia é o facto de os jornais privados e rádios falarem abertamente, inclusive de forma excessiva.

Quanto ao pacote eleitoral realçou que o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, já promulgou todas as leis, menos a lei eleitoral que foi submetida ao Tribunal Supremo para que de maneira preventiva se proceda à apreciação da sua constitucionalidade.

Os líderes dos partidos políticos referidos mostraram-se satisfeitos pela prontidão com que foi correspondida a solicitação deste encontro.

MWANGOLÉ



Ronaldo e Figo apoiam causas sociais em Angola

Os futebolistas do Real Madrid de Espanha, o brasileiro Ronaldo e o português Luís Figo manifestaram a sua disponibilidade para apoiar causas sociais em Angola, numa gala de beneficência organizada pelo Fundo de Solidariedade Social Lwini, em Luanda.



Liderado pela Primeira Dama de Angola Ana Paula dos Santos, o Fundo Lwini tem de entre outros o objectivo de ajudar a melhorar as condições de vida da mulher rural angolana e as vítimas das minas. Segundo a Primeira Dama Ana Paula dos Santos, o Fundo Lwini está a expandir-se consideravelmente em algumas províncias do país, principalmente em Luanda, Namibe, Moxico e Lunda-Sul, onde já possui um património.

A instituição pretende, com o dinheiro arrecadado, dar continuidade a projectos de beneficência, como a criação de um centro integrado de assistência social na Lunda-Sul, avaliado em 3,9 milhões de Dólares.



"Cada ano que passa, sinto que estamos a caminhar para a concretização de um sonho e é isso que aumenta a nossa energia e entusiasmo por aquilo que fazemos. O país oferece hoje oportunidades ímpares para libertar a criatividade, multiplicar as iniciativas e olhar para o futuro com o optimismo de sempre", realçou Ana Paula dos Santos.

Os dois jogadores, convidados especiais do evento, prometeram ajudar o Fundo Lwini. O médio atacante português prometeu encaminhar para os projectos do Fundo Lwini

parte das receitas de um jogo de beneficência realizado a 2 de Julho. "A Fundação Luís Figo vai realizar no dia 2 de Julho um jogo e vamos contribuir com parte das receitas para apoiar esta causa".

A gala arrecadou perto de 500 mil dólares, valor, resultante da venda directa de convites, para a cerimónia em que participaram o Presidente da República José Eduardo dos Santos e mais de 600 individualidades.

Segundo a presidente do Conselho Geral do Fundo, a Primeira Dama da República Ana Paula dos Santos, o dinheiro servirá igualmente para a criação de uma biblioteca ambulante e a finalização do projecto da Vila Kandengue.

A essa quantia juntaram-se 178 mil dólares, resultantes da venda em leilão de um colar de ouro, dois brincos de ametista com diamantes e três vestidos, um quadro do pintor Luandino Carvalho e as camisolas 10 e 9 do clube espanhol Real Madrid, devidamente autografadas pelos craques Luís Figo e Ronaldo.



A Primeira Dama da Namíbia, Penehupifo Pohamba, enalteceu a iniciativa do Fundo Lwini, salientando particularmente os esforços que esta organização tem feito em prol das mulheres rurais, das vítimas das minas terrestres e dos órfãos.

MWANGOLÉ